



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas**

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Cielo S.A. ("Cielo"), de suas controladas e coligada (denominadas em conjunto "Grupo"), referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de Dezembro 2015 e de 2014, acompanhados do relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações contábeis consolidadas contemplam os saldos das contas da Cielo (controladora), das controladas diretas Multidisplay, Servinet, Braspag, Cielo USA, Cateno e Aliança, bem como das controladas indiretas Me-S e M4Produtos. O resultado das controladas em conjunto Orizon e Paggo e da coligada Stelo são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial nas informações contábeis consolidadas. Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício são incluídos nas informações contábeis do resultado a partir da data da efetiva aquisição. Quando necessário, essas informações contábeis são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas informações contábeis consolidadas.

**MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

O ano de 2015 foi de crescimento para a Cielo. Desde a nossa abertura de capital, em 2009, percorremos uma trajetória ascendente em nosso negócio: acreditamos e investimos incansavelmente, e de maneira consistente, na diferenciação da companhia para se destacar em seu mercado, ao mesmo tempo em que entregamos resultados sólidos. Vivemos um período nada trivial na economia do país, com uma desaceleração mais forte do que prevíamos em todos os setores. Ainda assim, diante de um cenário adverso, reafirmamos a nossa crença na combinação de eficiência operacional, inovação com resultados e gestão de talentos, que nos permitiu, na visão do Grupo Cielo, fechar o ano com 14 mil empregos diretos e indiretos em 2015 e gerar aproximadamente R\$ 3 bilhões em contribuição tributária em toda a cadeia de valor da Companhia, garantindo o cumprimento absoluto dos deveres fiscais e da legislação trabalhista, incluindo o recolhimento dos encargos de terceiros junto aos nossos fornecedores.

A concorrência seguiu forte em nosso segmento e, como sempre dissemos, esse foi mais um motivo para nos levar a explorar novos caminhos. Diversificamos nossas fontes de receita e robustecemos o negócio com a criação, em fevereiro de 2015, da Cateno, fruto da associação com o Banco do Brasil, em que temos 70% de participação, movimento que marca a nossa entrada em uma nova atividade da cadeia de pagamentos eletrônicos. Fomos, portanto, além da aquisição. Um dos reflexos é o nosso valor de mercado, um dos maiores da BM&FBovespa (R\$ 63,4 bilhões no último dia de operação no ano).

Mesmo diante dos desafios impostos pelo cenário econômico fragilizado, fator que impacta o nosso negócio, conseguimos encerrar o ano de 2015 mais eficientes operacionalmente, com um gasto de 52 centavos por transação na Cielo Brasil – como havíamos sinalizado ao mercado. O nosso setor também sofreu as consequências de um mercado desaquecido: de acordo com a Abecs, os pagamentos em cartão cresceram 8,8% sobre 2014. Mas se, por um lado, foi momento de olhar para dentro e racionalizar nossos gastos, por outro, conseguimos mais uma vez elevar a Cielo de patamar como companhia por meio da nova empresa Cateno.

Outras iniciativas foram igualmente importantes para nos fortalecer como grupo, como o aumento da participação acionária de 50,1% para 91,44% no capital da Multidisplay – que controla a startup de soluções móveis M4U – anunciado em agosto, sujeito à aprovação das autoridades competentes. Com tal investimento, a Cielo visa consolidar a sua posição de liderança em plataformas tecnológicas que incentivem a adoção do *mobile payment* no país. Acreditamos que esse modelo nos torna mais competitivos e traz ainda mais agilidade no desenvolvimento de novos produtos e serviços.

Esta, aliás, foi a tônica das novidades para o mercado em 2015. Investir em soluções completas, integradas e customizadas para cada porte e ramo de atividade, pensando em como transformar as necessidades do cliente em serviços de grande usabilidade, ao alcance de um toque das nossas soluções. Os pequenos lojistas podem gerenciar suas vendas conosco à distância por meio de um aplicativo para celular que desenvolvemos especialmente para esse segmento. O grande varejo agora pode usar nossa solução móvel integrada à automação fiscal e oferecer a mobilidade do pagamento aos seus clientes, sem a necessidade de passar pelo caixa, eliminando filas nas lojas e convertendo mais vendas. Em e-commerce, desenvolvemos uma solução que entrega a loja virtual pronta para os clientes que desejam migrar do varejo físico para o online.

Com esse tipo de iniciativa, mais e mais queremos ser vistos como parceiros dos nossos clientes em todo o ciclo de vida do negócio, e a comunicação refletiu e continuará refletindo esse momento. Estamos presentes em todo o território brasileiro e capturamos R\$ 548 bilhões em transações em 2015, o equivalente a aproximadamente 9,0% da economia nacional (percentual que considera o valor do PIB e do volume financeiro acumulado até setembro). Está na nossa veia de negócio inovar continuamente para ser sempre o melhor parceiro do varejo brasileiro. A participação dos cartões no consumo das famílias, hoje em 28,2%, ainda tem muito espaço a ocupar. E nós, muito a contribuir com o desenvolvimento do país.

Além de uma companhia que entrega resultados sólidos ano a ano, os reconhecimentos nacionais e internacionais que tivemos em 2015 nos posicionam como uma das melhores empresas para se trabalhar e também uma das mais inovadoras do Brasil, além de estarmos entre as marcas brasileiras mais valiosas do mercado. Entre os muitos prêmios que foram motivo de orgulho para nós, alguns merecem destaque. A Cielo foi considerada uma das 20 empresas mais inovadoras do mundo pela revista Forbes, e está entre as mais inovadoras do país em dois rankings: Inovação Brasil, elaborado pelo jornal Valor Econômico e a consultoria Strategy, e Best Innovator, da revista Época Negócios, segundo pesquisa da consultoria A.T.Kearney. Em gestão de pessoas, estamos entre as melhores empresas pelo anuário Valor Carreira; entre As Melhores Empresas Para Você Trabalhar há 15 anos consecutivos no ranking da revista Você S/A e na lista das Melhores Empresas para Começar a Carreira pela mesma publicação, pelo 4º ano seguido.

Além disso, fomos 1º lugar na categoria Serviços do Ranking Maiores e Melhores, da revista Exame, pela 3ª vez consecutiva; 1ª colocada em Serviços Financeiros no anuário Época Negócios 360º (primeira do ranking geral nas dimensões Inovação e Governança Corporativa) e melhor empresa de Serviços no prêmio Estadao Mais, do jornal O Estado de S. Paulo. A Cielo também foi eleita uma das melhores companhias para os acionistas em 2015 pela revista Capital Aberto, na categoria de empresas com valor de mercado acima de R\$ 15 bilhões, e o melhor time de executivos e profissional de Relações com Investidores no segmento de serviços financeiros pela publicação internacional Institutional Investor. E muito nos motiva encerrar o ano como a 11ª marca mais valiosa do Brasil segundo dois conceituados rankings do mercado internacional: o BrandZ™, elaborado pela Millward Brown em conjunto com a WPP, e o da Interbrand. Em sustentabilidade, a Cielo conquistou mais um reconhecimento às suas boas práticas e integra pela terceira vez a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, com vigência em 2016. Com a indicação, reforçamos nossa posição entre um seleto grupo de companhias de capital aberto reconhecidas pela liquidez de suas ações e pelas boas práticas de gestão e governança corporativa. Também passamos a compor o índice de sustentabilidade Euronext-Vigeo EM70, que engloba 70 empresas com alta performance em responsabilidade corporativa em mercados emergentes, lançado em 2015 pela Vigeo, agência líder em ratings globais voltados à sustentabilidade.

Por fim, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2015, a Cielo apresentou aumento de capital de R\$ 500 milhões, passando para R\$ 2,5 bilhões, por meio de bonificação de 20%. Na mesma data foi aprovada a alteração no estatuto social do pagamento mínimo de dividendos, equivalente a 30% do lucro líquido auferido, após constituição de reservas legais. Tal alteração permitiu termos flexibilidade para compatibilizar o fluxo de caixa gerado frente ao novo cenário de endividamento da companhia.

Estamos seguros de que, nos últimos sete anos, fizemos os movimentos necessários para tornar a Cielo uma corporação rentável e sustentável, capaz de unir performance, solidez, conhecimento, inovação e ousadia inerentes a uma empresa líder, o que sempre nos estimulou a enxergar além do nosso segmento, trazendo as melhores tendências mundiais em finanças e tecnologia ao varejo brasileiro.

**DESTAQUES 2015**

- Volume financeiro de transações totalizou R\$548,2 bilhões, aumento de 5,9% em relação ao ano de 2014, ou R\$30,6 bilhões;
- Receita operacional líquida totalizou R\$11.122,3 milhões, aumento de 44,0% em relação a 2014, ou R\$3.396,7 milhões;
- Aquisição de Recebíveis atingiu 19,4% sobre o volume financeiro de crédito em 2015, aumento de 1,5 ponto percentual em relação a 2014;
- Lucro líquido Cielo totalizou R\$3.511,4 milhões, aumento de 9,1% em relação ao ano de 2014, ou R\$291,6 milhões;
- EBITDA de R\$5.233,5 milhões, aumento de 36,3% em relação a 2014, ou R\$1.394,6 milhões.

**DESEMPENHO OPERACIONAL 2015**

**Volume financeiro de transações**

Em 2015, a Cielo capturou 6,2 bilhões de transações, um crescimento de 9,5% em relação a 2014. O volume financeiro de transações totalizou R\$548,2 bilhões em 2015, representando um acréscimo de 5,9% quando comparado aos R\$517,6 bilhões em 2014.

Especificamente com cartões de crédito, o volume financeiro de transações totalizou R\$320,5 bilhões em 2015, o que representou um crescimento de 2,5% em relação a 2014.

Com a modalidade cartões de débito, o volume financeiro de transações totalizou R\$227,7 bilhões em 2015, um crescimento de 11,1% em relação a 2014.

**DESEMPENHO FINANCEIRO 2015**

**Comparação das Contas de Resultado Referente aos Exercícios Fins em 31 de Dezembro de 2015 e 2014**

**Receita líquida**

A receita líquida da Cielo e de suas controladas, proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, da gestão de contas de pagamento relacionado ao Arranjo Ourocard, do aluguel de POS, e de outras receitas, aumentou R\$3.396,7 milhões, ou 44,0%, para R\$11.122,3 milhões em 2015, comparada com R\$7.725,6 milhões em 2014. O acréscimo na receita líquida está substancialmente relacionado ao início das atividades operacionais da Cateno, consolidada a partir de 27 de fevereiro de 2015, à contínua expansão dos negócios da Cielo e de suas controladas, bem como ao efeito da apreciação do dólar na receita gerada nos EUA, da controlada Me-S.

**Custos dos serviços prestados**

O custo dos serviços prestados aumentou R\$2.260,1 milhões, ou 74,1%, para R\$5.310,7 milhões em 2015, quando comparado aos R\$3.050,6 milhões em 2014. O aumento ocorreu principalmente em decorrência dos seguintes fatores:

- Acréscimo de R\$1.368,6 milhões nos custos vinculados à gestão de contas de pagamento do Arranjo Ourocard, como fee das bandeiras, centrais de atendimento, suprimentos, emissão e gestão de cartões, em decorrência do início das atividades operacionais da Cateno, consolidada a partir de 27 de fevereiro de 2015;
- Acréscimo de R\$701,6 milhões nos custos das controladas Merchant e-Solutions, resultado da apreciação do dólar e da contínua expansão dos negócios; e da M4U, em decorrência da expansão nas vendas de crédito de celular;
- Acréscimo líquido de R\$181,4 milhões nos custos das atividades de aquisição, basicamente representados por:
  - Acréscimo de R\$97,7 milhões nos custos relacionados à transação, como captura e processamento, centrais de atendimento, fee das bandeiras e de telecomunicações, dado substancialmente ao aumento no volume de transações; e
  - Acréscimo de R\$83,7 milhões nos custos vinculados aos equipamentos, como depreciação, instalação, manutenção e ativação de terminais POS, decorrente do incremento da base de equipamentos ativos.

**DESPESAS OPERACIONAIS**

As despesas operacionais aumentaram R\$216,4 milhões, ou 17,1%, para R\$1.479,9 milhões em 2015, comparadas com R\$1.263,5 milhões em 2014. As principais variações são como seguem:

**Despesas de pessoal** - As despesas de pessoal aumentaram R\$93,4 milhões ou 25,2%, para R\$464,5 milhões em 2015, comparados com os R\$371,1 milhões em 2014. O aumento decorre do início da consolidação dos gastos com funcionários na controlada Cateno, consolidada a partir de 27 de fevereiro de 2015; do reajuste médio definido em Convenção Coletiva de 8,2% sobre salários e reflexos nas provisões de 13º salário, PLR, férias e respectivos encargos, bem como ao acréscimo nos gastos incorridos com pessoal na controlada Me-S, visto a valorização do dólar no exercício.

**Despesas gerais e administrativas** - As despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação, aumentaram R\$112,5 milhões ou 32,3%, para R\$460,1 milhões em 2015, comparadas com os R\$347,6 milhões em 2014. O acréscimo está substancialmente relacionado à apreciação do dólar no período sobre os gastos com parceiros comerciais ("*partnership fees*") na controlada Me-S; as despesas incorridas com a prospecção de novos clientes e com a mudança de sede da Cielo, parcialmente impactado pela redução dos gastos com serviços profissionais relacionados a projetos e consultorias em 2015, quando comparado ao exercício anterior.

**Despesas de vendas e marketing** - As despesas de vendas e marketing reduziram R\$43,8 milhões ou 15,2%, para R\$243,8 milhões em 2015, comparadas com os R\$287,6 milhões em 2014. A redução decorre de menores gastos incorridos em 2015 com campanhas de vendas e parcerias, de ações relacionadas à fidelização de clientes e compra de mídia institucional, quando comparado ao exercício anterior.

**Equivalência patrimonial** - O resultado de equivalência patrimonial reduziu R\$8,1 milhões, para R\$3,4 milhões de receita em 2015, comparadas com R\$11,5 milhões em 2014. A redução está relacionada substancialmente ao prejuízo da coligada Stelo, decorrente dos primeiros meses de operação.

**Outras despesas operacionais líquidas** - As outras despesas operacionais líquidas aumentaram R\$22,0 milhões ou 9,4%, para R\$254,9 milhões em 2015, comparadas com os R\$232,9 milhões em 2014. O aumento está substancialmente relacionado a maiores perdas com créditos incobráveis, com equipamentos de captura (para soluções *mobile*), bem como pelo início da consolidação das despesas operacionais líquidas relacionadas aos serviços de gestão de contas de pagamento na controlada Cateno, consolidada a partir de 27 de fevereiro de 2015.

**RESULTADO FINANCEIRO**

O resultado financeiro totalizou R\$1.103,1 milhões em 2015, apresentando uma redução de 21,0% ou R\$293,3 milhões quando comparado a 2014, que obteve um resultado de R\$1.396,4 milhões. As principais variações são como seguem:

**Receitas financeiras** - As receitas financeiras aumentaram R\$124,7 milhões, para R\$144,5 milhões em 2015, comparadas com os R\$19,8 milhões em 2014. O acréscimo está relacionado ao incremento do saldo médio de aplicações financeiras, especialmente em decorrência do capital prudencial mínimo mantido como aplicação financeira pela controlada Cateno, consolidada a partir de 27 de fevereiro de 2015.

**Despesas financeiras** - As despesas financeiras aumentaram R\$1.041,4 milhões, para R\$1.173,5 milhões em 2015, comparadas com os R\$132,1 milhões em 2014. O crescimento decorre do aumento do endividamento médio com terceiros, substancialmente representado pela emissão de debêntures públicas e privadas em 2015, cujo recurso foi destinado à constituição da controlada Cateno, no âmbito da associação com o Banco do Brasil.

**Resultado com Aquisição de recebíveis** - O resultado com aquisição de recebíveis apropriada *pró-rata temporis*, líquida do custo de captação com terceiros e do Pis e da Cofins sobre receitas financeiras aumentou R\$621,2 milhões ou 41,2%, para R\$2.129,8 milhões em 2015, comparada com os R\$1.508,6 milhões em 2014. O acréscimo se deve substancialmente ao aumento do volume financeiro de recebíveis adquiridos, alinhado à contínua expansão do produto, bem como pelo aumento de spread médio no exercício, dado o aumento sucessivo da taxa DI e redução do custo de captação de recursos com terceiros.

**EBITDA**

O EBITDA totalizou R\$5.233,5 milhões em 2015, aumento de 36,3% quando comparado aos R\$3.838,9 milhões em 2014:

EBITDA (R\$ milhões)	2015	2014
Lucro Líquido Cielo	3.511,4	3.219,8
Participação dos Acionistas que não a Cielo S.A.	140,0	9,1
Resultado Financeiro	(1.103,1)	(1.396,4)
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.783,4	1.578,9
Depreciação e Amortização	901,8	427,5
<b>EBITDA</b>	<b>5.233,5</b>	<b>3.838,9</b>
% Margem EBITDA	47,1%	49,7%

O EBITDA corresponde ao lucro líquido, acrescido do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro. Ressalta-se que, para o seu cálculo, ao lucro líquido da Controladora é acrescida a participação dos acionistas que não a Cielo S.A.

A Administração acredita que o EBITDA é um parâmetro importante para os investidores, pois fornece informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e de rentabilidade.

No entanto, o EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Adicionalmente, o EBITDA apresenta limitação que prejudica a sua utilização como medida da lucratividade em razão de não considerarem determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, o lucro, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

**CÂMARA DE ARBITRAGEM**

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

**GOVERNANÇA CORPORATIVA**

A governança corporativa é um valor para a Companhia, que tem como uma de suas metas o seu aperfeiçoamento constante, em um processo contínuo e de longo prazo, voltado para a performance sustentável da Companhia. Para tanto, a Companhia adota, de forma voluntária, as melhores práticas de governança corporativa, além daquelas exigidas para empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa, evidenciando o comprometimento da Companhia e de seus administradores com o interesse de seus acionistas e investidores.

A maximização de sua eficiência e criação de valor de longo prazo traduz-se, por exemplo, por meio (a) da adoção de sistema adequado de tomada de decisões e o monitoramento acerca do cumprimento desse sistema; (b) da manutenção de uma Secretaria de Governança Corporativa, a qual tem por objetivo auxiliar os órgãos de administração e dos comitês/fóruns de assessoramento da Companhia e suas controladas, bem como garantir a observância das melhores práticas de governança corporativa; (c) da prática de condutas éticas e sustentáveis; (d) da avaliação formal de desempenho do Conselho de Administração, de forma colegiada e individual; (e) da presença de pessoas distintas ocupando os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente; (f) da existência de calendário anual de pautas do Conselho de Administração, contendo todos os temas a serem abordados ao longo do ano nas reuniões; (g) da troca de informações por meio do Portal Eletrônico de Governança Corporativa; (h) da existência de Política de Transações com Partes Relacionadas e situações envolvendo conflito de interesses; (i) do Código de Ética de adesão obrigatória por todos os colaboradores e administradores, o qual estabeleça as normas de conduta no relacionamento com todas as partes interessadas.

O Conselho de Administração da Companhia, com atuação colegiada, é composto por 11 (onze) membros, os quais não exercem função executiva na Companhia, sendo 03 (três) deles membros independentes, cuja independência visa especialmente resguardar os interesses da Companhia e de seus acionistas minoritários. Ao Conselho de Administração compete, entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, eleger os membros da Diretoria Executiva e fiscalizar sua gestão. A Diretoria Executiva da Companhia é composta por 07 (sete) membros e exerce a administração geral da Companhia, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. Ademais, como mais uma evidência da aderência da Companhia às melhores práticas de Governança Corporativa, o Conselho de Administração possui 5 (cinco) comitês de assessoramento, quais sejam: Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Governança Corporativa, Comitê de Pessoas e Comitê de Sustentabilidade; e a Diretoria Executiva possui 8 (oito) fóruns de assessoramento: Fórum de Risco Emissor, Fórum de Divulgação, Fórum de Ética, Fórum de Gastos, Fórum de Gestão da Continuidade de Negócio, Fórum de Investimentos Sociais, Fórum de Preços e Fórum de Projetos.

O Conselho Fiscal da Companhia, órgão independente da administração, está atualmente instalado para supervisão as atividades da administração e é composto por 05 (cinco) membros, sendo 02 (dois) membros independentes. Quanto à sustentabilidade, a Companhia mantém práticas estruturadas, tais como: (a) a publicação de Relatório de Sustentabilidade auditado e orientado por padrões internacionais; (b) a realização e divulgação de Inventário de Emissões de Gases do Efeito Estufa; (c) a implementação de diversas políticas que abordam questões importantes como meio ambiente, responsabilidade corporativa, dentre outras, contribuindo para um meio ambiente saudável e para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Desde 2011, a Companhia possui American Depositary Receipts (ADRs), nível I, listada no mercado de balcão OTCQX Internacional. A partir de 2014, a Companhia passou a integrar a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa e, desde 2015, integra o índice de Sustentabilidade Euronext-Vigeo EM70.

**RELACIONAMENTO COM AUDITORES**

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que durante o exercício de 2015, a Sociedade contratou os serviços de auditoria independente da KPMG. A Política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Para tanto, a Cielo adota em sua política de contratação de auditores os seguintes princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Cielo declara que os auditores independentes lhe prestaram serviços não relacionados à auditoria externa referente ao exercício de 2015, que consiste em (i) emissão de carta conforo para oferta de debêntures públicas; (ii) revisão do Relatório de Sustentabilidade e do Inventário de Gases de Efeito Estufa e (iii) emissão do certificado internacional ISAE-3402, à controlada Me-S. As contratações atendem aos requisitos de governança corporativa da empresa, que determina que toda contratação extraordinária da auditoria independente que audita as suas demonstrações financeiras, direta ou indiretamente, necessita ser previamente avaliada pelo Comitê de Auditoria e autorizada pelo Conselho de Administração (artigo 5º, letra "k" do Regimento Interno), conforme atas disponibilizadas ao mercado. O montante das contratações totaliza aproximadamente R\$1,2 milhão, o que representa cerca de 34% do total dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras de 2015 da controladora Cielo e de suas controladas Cateno, Cielo USA e Merchant e-Solutions.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 - (Em milhares de reais)**

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14			31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	44.487	3.758.037	1.249.524	3.998.721	Contas a pagar a estabelecimentos	12	891.898	930.070	1.503.254	1.330.176
Contas a receber operacionais	5	10.153.664	9.179.595	11.151.905	9.641.389	Antecipação de recebíveis com emissores	11	1.269.190	2.250.035	1.269.190	2.250.035
Contas a receber com partes relacionadas	29	1.587	115	459	384	Empréstimos e financiamentos	13	3.290.353	4.829.609	3.291.228	4.833.602
Impostos antecipados e a recuperar		-	-	1.814	1.514	Fornecedores		554.834	613.661	663.214	700.319
Despesas pagas antecipadamente		10.369	5.907	17.350	10.212	Impostos e contribuições a recolher	14	158.192	436.441	275.733	442.548
Instrumentos financeiros derivativos	28	213.314	-	213.314	-	Contas a pagar com partes relacionadas	29	17.808	12.210	398	-
Outros valores a receber		16.736	21.058	41.488	29.513	Dividendos a pagar	17.g)	540.938	475.801	540.938	475.801
Total do ativo circulante		10.440.157	12.964.712	12.675.854	13.681.733	Outras obrigações	15	176.256	157.601	519.999	235.063
						Total do passivo circulante		6.899.469	9.705.428	8.063.954	10.267.544
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Aplicações financeiras	13.f)	66.124	-	66.124	-	Empréstimos e financiamentos	13	8.437.535	1.438.909	10.008.265	2.506.140
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	650.169	742.909	744.893	756.734	Provisão para riscos	16.a)	1.401.073	1.205.427	1.420.270	1.223.633
Depósitos judiciais	16.b)	1.296.203	1.103.037	1.302.455	1.108.475	Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	-	-	303.678	344.665
Outros valores a receber		11.766	181	41.352	20.192	Outras obrigações	15	11.804	5.767	17.667	13.292
Investimentos	7	9.934.761	1.025.856	105.108	69.010	Total do passivo não circulante		9.850.412	2.650.103	11.749.880	4.087.730
Imobilizado	8	720.204	701.274	751.517	723.915	<b>Patrimônio líquido</b>					
Intangível	9 e 10	151.174	126.672	14.290.498	2.319.615	Capital social	17.a)	2.500.000	2.000.000	2.500.000	2.000.000
Total do ativo não circulante		12.830.401	3.699.929	17.301.947	4.997.941	Reserva de capital	17.b)	64.305	75.854	64.305	75.854
						Ações em tesouraria	17.c)	(140.648)	(194.478)	(140.648)	(194.478)
						Resultados abrangentes	17.d)	13.441	5.969	13.401	5.969
						Reservas de lucros	17.e) e f)	4.083.619	2.421.765		



**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014  
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado		
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14	
Receita líquida	20	6.943.221	6.430.439	11.122.314	7.725.578
Custo dos serviços prestados	21	(2.199.048)	(2.027.685)	(5.310.684)	(3.050.620)
Lucro bruto		4.744.173	4.402.754	5.811.630	4.674.958
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Pessoal	21	(254.110)	(224.745)	(464.556)	(371.065)
Gerais e administrativas	21	(406.003)	(361.791)	(520.063)	(383.404)
Vendas e marketing	21	(234.186)	(274.203)	(243.828)	(287.571)
Equivalência patrimonial	7	342.834	31.949	3.368	11.479
Outras despesas operacionais, líquidas	21 e 22	(229.971)	(222.796)	(254.867)	(232.894)
Lucro operacional		3.962.737	3.351.168	4.331.684	3.411.503
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	27	69.437	16.426	144.479	19.760
Despesas financeiras	27	(1.123.650)	(93.677)	(1.173.530)	(132.139)
Resultado com aquisição de recebíveis	27	2.132.223	1.508.551	2.129.827	1.508.551
Variação cambial, líquida	27	2.190	163	2.371	193
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		1.080.200	1.431.463	1.103.147	1.396.365
Imposto de renda e contribuição social		5.042.937	4.782.631	5.434.831	4.807.868
Correntes	6	(1.439.821)	(1.729.834)	(1.813.139)	(1.763.725)
Diferidos	6	(91.680)	167.050	29.741	184.790
Lucro líquido do exercício		3.511.436	3.219.847	3.651.433	3.228.933
<b>Atribuído a:</b>					
Acionistas controladores				3.511.436	3.219.847
Acionistas não controladores				139.997	9.086
				3.651.433	3.228.933
Lucro líquido por ação (em R\$) - Básico	18	1.86700	1.71198	1.86700	1.71198
Lucro líquido por ação (em R\$) - Diluído	18	1.86221	1.70672	1.86221	1.70672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014  
(Em milhares de reais)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado		
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14	
Lucro líquido do exercício		3.511.436	3.219.847	3.651.433	3.228.933
Resultados abrangentes					
Diferenças de câmbio na conversão de operações no exterior:					
Variação cambial sobre investimentos no exterior		394.934	97.800	394.934	97.800
Resultado com instrumentos de "hedge" sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários		(387.502)	(97.279)	(387.502)	(97.279)
Movimentações do exercício		7.432	521	7.432	521
Resultado abrangente total do exercício		3.518.868	3.220.368	3.658.865	3.229.454
<b>Atribuído a:</b>					
Acionistas controladores				3.518.868	3.220.368
Acionistas não controladores				139.997	9.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014  
(Em milhares de reais)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado		
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14	
<b>RECEITAS</b>					
Vendas de serviços	20	7.722.308	7.146.616	12.236.954	8.494.167
Perda com créditos incobráveis e "chargebacks"	22	(148.350)	(131.807)	(172.345)	(131.807)
		7.573.958	7.014.809	12.064.609	8.362.360
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>					
Gastos com serviços prestados		(1.640.745)	(1.562.023)	(4.396.734)	(2.569.380)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(602.797)	(617.829)	(530.849)	(526.755)
Outros gastos, líquidos		(16.777)	(90.873)	(23.074)	(112.437)
Perda na realização de ativos		(64.843)	(116)	(65.213)	(4.624)
		(2.325.162)	(2.270.841)	(5.015.870)	(3.213.196)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		5.248.796	4.743.968	7.048.739	5.149.164
<b>Retenções</b>					
Depreciações e amortizações	8 e 10	(423.568)	(342.548)	(901.827)	(427.361)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO</b>		4.825.228	4.401.420	6.146.912	4.721.803
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>					
Equivalência patrimonial	7	342.834	31.949	3.368	11.479
Participação dos acionistas não controladores		-	-	(139.997)	(9.086)
Receitas financeiras, incluindo aquisição de recebíveis e variação cambial líquida	27	2.463.438	1.779.770	2.538.830	1.783.134
		2.806.272	1.811.719	2.402.201	1.785.527
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		7.631.500	6.213.139	8.549.113	6.507.330
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>					
Pessoal e encargos		(294.418)	(249.335)	(499.456)	(390.378)
Participação de colaboradores e administradores no lucro	25	(68.690)	(68.173)	(105.348)	(88.088)
Impostos, taxas e contribuições		(2.416.108)	(2.328.374)	(3.030.006)	(2.411.680)
Despesas de juros e aluguéis incorridos		(1.340.848)	(347.410)	(1.402.867)	(397.337)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(524.785)	(1.063.646)	(524.785)	(1.063.646)
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos		(540.938)	(769.680)	(540.938)	(769.680)
Retenção de lucros		(2.445.713)	(1.386.521)	(2.445.713)	(1.386.521)
<b>VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO</b>		7.631.500	6.213.139	8.549.113	6.507.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014  
(Em milhares de reais)

	Atribuído à participação dos acionistas controladores										
	Reservas de lucros										
	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Legal	Orçamento de capital	Dividendos adicionais	Retenção de lucros	Resultados abrangentes	Total da participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	1.000.000	99.637	(37.055)	200.000	1.551.385	500.410	-	5.448	3.319.825	12.054	3.331.879
Dividendos pagos adicionais aos mínimos obrigatórios de 2013	-	-	-	-	-	(500.410)	-	-	(500.410)	-	(500.410)
Aumento de capital	1.000.000	-	-	-	(1.000.000)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	(230.881)	-	-	-	-	-	(230.881)	-	(230.881)
Opção de ações outorgadas	19	-	23.037	-	-	-	-	-	23.037	-	23.037
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de ações	19	-	(46.820)	73.458	-	-	-	-	26.638	-	26.638
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	3.219.847	-	3.219.847	9.086	3.228.933
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:											
Reserva legal	17.e)	-	-	160.992	-	-	(160.992)	-	-	-	-
Dividendos pagos	17.g)	-	-	-	-	-	(996.846)	-	(996.846)	-	(996.846)
Dividendos mínimos propostos	17.g)	-	-	-	-	-	(419.021)	-	(419.021)	-	(419.021)
Dividendos adicionais propostos aos mínimos obrigatórios	17.g)	-	-	-	-	283.859	(283.859)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio pagos	17.g)	-	-	-	-	-	(66.800)	-	(66.800)	-	(66.800)
Juros sobre capital próprio propostos	17.g)	-	-	-	-	-	(66.800)	-	(66.800)	-	(66.800)
Reserva orçamento de capital	17.f)	-	-	-	1.225.529	-	(1.225.529)	-	-	-	-
Efeito dos acionistas não controladores sobre entidades consolidadas		-	-	-	-	-	-	-	-	(5.850)	(5.850)
Resultados abrangentes:											
Diferenças de câmbio na conversão de operações no exterior:											
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior		-	-	-	-	-	-	97.800	97.800	-	97.800
Resultado com instrumentos de "hedge" de investimentos no exterior, líquidos dos efeitos tributários		-	-	-	-	-	-	(97.279)	(97.279)	-	(97.279)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	2.000.000	75.854	(194.478)	360.992	1.776.914	283.859	-	5.969	4.309.110	15.290	4.324.400
Dividendos pagos adicionais aos mínimos obrigatórios de 2014	17.g)	-	-	-	-	(283.859)	-	-	(283.859)	-	(283.859)
Aumento de capital	17.a)	500.000	-	-	(500.000)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações em tesouraria	17.c)	-	-	(17.304)	-	-	-	-	(17.304)	-	(17.304)
Opção de ações outorgadas	19	-	22.952	-	-	-	-	-	22.952	-	22.952
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de ações	19 e 17.c)	-	(34.501)	71.134	-	-	-	-	36.633	-	36.633
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	3.511.436	-	3.511.436	139.997	3.651.433
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:											
Reserva legal	17.e)	-	-	139.008	-	-	(139.008)	-	-	-	-
Dividendos pagos	17.g)	-	-	-	-	-	(410.685)	-	(410.685)	-	(410.685)
Dividendos mínimos propostos	17.g)	-	-	-	-	-	(401.538)	-	(401.538)	-	(401.538)
Juros sobre o capital próprio pagos	17.g)	-	-	-	-	-	(114.100)	-	(114.100)	-	(114.100)
Juros sobre capital próprio propostos	17.g)	-	-	-	-	-	(139.400)	-	(139.400)	-	(139.400)
Reserva orçamento de capital	17.f)	-	-	-	2.306.705	-	(2.306.705)	-	-	-	-
Efeito dos acionistas não controladores sobre entidades consolidadas		-	-	-	-	-	-	-	-	3.488.002	3.488.002
Resultados abrangentes:											
Diferenças de câmbio na conversão de operações no exterior:											
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior		-	-	-	-	-	-	394.934	394.934	-	394.934
Resultado com instrumentos de "hedge" de investimentos no exterior, líquidos dos efeitos tributários		-	-	-	-	-	-	(387.502)	(387.502)	-	(387.502)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	2.500.000	64.305	(140.648)	500.000	3.583.619	-	-	13.401	6.520.677	3.643.289	10.163.966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cielo S.A. ("Sociedade" ou "Cielo") foi constituída no Brasil em 23 de novembro de 1995 e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; a coleta de dados e o processamento de transações eletrônicas e manuais.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. Suas ações foram admitidas à negociação na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob a sigla "CIEL3", e junto com suas subsidiárias integram os conglomerados Banco do Brasil e Bradesco.

O contexto operacional das controladas diretas e indiretas, controladas em conjunto ("joint ventures") e coligada, também designadas como "Grupo" ao longo deste relatório, segue abaixo:

**Controladas diretas**

- Servinet Serviços Ltda. ("Servinet")** - Seu objeto social consiste, primordialmente, na prestação de serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento.
- Cielo USA, Inc. ("Cielo USA")** - Empresa sediada nos Estados Unidos da América cujo objeto social consiste, primordialmente, na participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.
- Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. ("Multidisplay")** - Seu objeto social consiste, primordialmente, na prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular; no comércio varejista e atacado de cartões e recargas para telefones e dispositivos móveis, pré-pagos e afins.

- Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. ("Braspag")** - Seu objeto social consiste, primordialmente, no desenvolvimento de programas de computador; no licenciamento e cessão de direitos de uso de programa de computador; no processamento de transações eletrônicas; e os serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet.
- Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ("Cateno")**, anteriormente denominada *Token Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ("Token")* - Seu objeto social consiste, primordialmente, na prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões de crédito, débito, múltiplos, de bandeira privada e pré-pagos (não incluindo a administração de cartões de crédito).
- Aliança Pagamentos e Participações Ltda. ("Aliança")** - Seu objeto social consiste, primordialmente, na prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de contatos com estabelecimentos comerciais e com estabelecimentos prestadores de serviços para aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento; e na participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
- Cielo Cayman Island ("Cielo Cayman")** - Empresa sediada nas Ilhas Cayman cujo objeto social consiste, primordialmente, na participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista. A Cielo Cayman não realizou qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira até o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

**Controladas indiretas**

- M4Produtos e Serviços S.A. ("M4Produtos")** - Controlada da Multidisplay, seu objeto social consiste, primordialmente, na prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, transporte pré-pago e similares; a prestação de serviços de pagamento móvel e de serviços de consultoria em tecnologia; e o desenvolvimento e licenciamento de softwares.

- Merchant e-Solutions, Inc. ("Me-S")** - Controlada da Cielo USA, seu objeto social consiste, primordialmente, na prestação de serviços relacionados à viabilização de pagamentos eletrônicos com cartões de crédito e débito, compreendendo a autorização de transações, as liquidações financeiras e a notificação de transações aos estabelecimentos comerciais.

**Controladas em conjunto ("Joint ventures")**

- Companhia Brasileira de Gestão de Serviços. ("Orizon")** - Seu objeto social consiste, primordialmente, no processamento de informações para as empresas da área médica em geral; na gestão de serviços de suporte ("back office") para empresas operadoras de saúde em geral; na prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares (como hospitais, clínicas médicas e laboratórios) e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias.
- Prevsauê Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. ("Prevs**



• **Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo")** - Seu objeto social consiste, primordialmente, na prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de estabelecimentos prestadores de serviços, na modalidade de pagamentos móveis, para a aceitação de cartões de crédito e de débito, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas.

**Coligada Indireta**

• **Stelo S.A. ("Stelo")** - Coligada da Aliança, seu objeto social consiste, primordialmente, na atuação como facilitadora para pagamentos online e carteira digital, tanto para o mundo físico quanto para o comércio eletrônico. A Stelo se encontra em fase inicial de suas operações.

**Novos negócios societários**

• Participação no capital social da Stelo, por meio da controlada Aliança Pagamentos e Participações Ltda.:

Em 16 de abril de 2014, a Cielo comunicou ao mercado em geral e aos demais interessados a celebração de memorando de entendimentos com a Cia Brasileira de Soluções e Serviços ("CBSS"), companhia controlada pelo Banco Bradesco S.A. e pelo Banco de São Paulo S.A., para participação no capital social da Stelo, subsidiária integral da CBSS.

Para a participação no capital social da Stelo, em junho de 2015, a Cielo aportou na Aliança, o montante de R\$ 32,7 milhões, enquanto que a Servinet aportou R\$ 300 mil na operação. No mesmo período, a Aliança adquiriu 30% do capital social da Stelo, no montante total de R\$ 32,7 milhões. Não houve qualquer endividamento adicional com a finalidade específica de financiar a participação da Cielo, por meio de sua subsidiária Aliança, no capital social da Stelo.

• Criação da empresa Cateno - Gestão de Contas de Pagamento S.A. em associação com a subsidiária do Banco do Brasil S.A.:

Em 27 de fevereiro de 2015, foram firmados os documentos que concluíram a formação da associação entre Cielo e a BB Elo Cartões Participações S.A. ("BB Elo Cartões"), subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., para a criação da Cateno, cujo objetivo é o de gerir as transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito, gestão de contas de pagamento, apoio ao gerenciamento e controle da segurança das transações, o pagamento de tarifas às bandeiras e arranjos de pagamentos, e outros serviços correlatos, conforme autorização prévia concedida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e Banco Central do Brasil nos termos da Resolução nº 4.062/12 e da Lei nº 12.865/13.

O capital social da Cateno é formado na proporção de 70% pela Cielo e de 30% pela BB Elo Cartões, sendo que, para a formação da associação, a BB Elo Cartões aportou ativos intangíveis relacionados ao Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto que a Sociedade aportou R\$ 8,1 bilhões na operação. O montante aportado pela Sociedade é composto por: (i) R\$ 3,5 bilhões oriundos da primeira, segunda e terceira emissões de debêntures simples, em série única, da espécie quirográfrica, não conversíveis em ações, de distribuição privada, e (ii) R\$ 4,6 bilhões referentes ao pagamento, por conta da BB Elo Cartões, dos tributos incidentes sobre a operação.

O Arranjo de Pagamento Ourocard consiste no conjunto de regras e procedimentos que disciplina a prestação de serviços de pagamento ao público relacionado às transações de compras dos cartões de crédito e débito emitidos pelo Banco do Brasil nas bandeiras Visa, Mastercard, American Express e Elo, excluindo cartões relacionados aos negócios pré-pagos, soluções de meios de pagamento fornecidas a entes governamentais e cartões private label emitidos no âmbito de parcerias atuais firmadas com varejistas.

Por meio de Laudo de Avaliação Econômico-Financeira, realizado por empresa de auditoria independente, o ativo intangível relacionado ao Arranjo de Pagamento Ourocard aportado pela BB Elo Cartões foi avaliado em R\$ 11,6 bilhões, com vida útil estimada em 30 anos, a ser amortizado linearmente.

• Aumento de participação no capital social da Multidisplay:

Em 27 de agosto de 2015, a Cielo comunicou ao mercado em geral e aos demais interessados que assinou documentos para a realização de aumento de participação em sua controlada direta Multidisplay, que por sua vez é a controladora da M4Produtos. A operação prevê a participação da Cielo passando de 50,10% para 91,44% do capital total, por meio do investimento de R\$ 82,7 milhões.

A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de condições suspensivas incluindo, mas não se limitando, a obtenção das autorizações aplicáveis do Banco Central do Brasil e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

**2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas da Sociedade foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Em 23 de dezembro de 2014, foram emitidas alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 35 - Demonstrações Separadas em função de alterações feitas na IAS 27 - Separate Financial Statements pelo IASB, com a inclusão da possibilidade da adoção do método da equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas e consequentes alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais passaram a estar em conformidade com as IFRSs a partir de 31 de dezembro de 2014, em virtude de já adotar o método da equivalência patrimonial para valorização dos seus investimentos em controladas, em coligada e em empreendimentos controlados em conjunto.

**2.2 Base de elaboração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

**2.3 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade e de apresentação.

A Administração determinou que a moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano. Na Cielo USA, o fator preponderante para determinação da moeda funcional foi a captação de empréstimos denominados em dólares norte-americanos para aquisição do controle da Me-S. Esses empréstimos serão liquidados com o caixa gerado nas operações do exterior. Adicionalmente, com relação à Me-S, os fluxos de caixa e os serviços prestados são integralmente em dólares norte-americanos.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das controladas Cielo USA e Me-S (localizadas nos Estados Unidos da América), originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

O ágio e os ajustes ao valor justo sobre os ativos e passivos identificáveis adquiridos resultantes da aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos dessa operação e convertidos pela taxa de câmbio de fechamento no fim de cada exercício. As diferenças cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido.

**2.4 Reconhecimento de receita**

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada ao resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita com aquisição de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida "pro rata temporis", considerando os seus prazos de vencimento.

No caso da Me-S, no âmbito dos seus acordos com os bancos, esta assume responsabilidades do banco adquirente e é, portanto, responsável pelas taxas de intercâmbio. Além disso, o banco recebe taxas de mercado por seus serviços e, dessa forma, não está exposto aos riscos e benefícios do acordo. Adicionalmente, existem fatores como a portabilidade de contratos com estabelecimentos comerciais e o fato de a Me-S manter, no dia a dia, a interação direta com os seus clientes e de deter o risco de crédito da operação. Dessa forma, a Me-S é o devedor principal e reconhece a receita com base no valor bruto e o intercâmbio é reconhecido como custo dos serviços prestados.

**2.5 Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo valor justo. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como instrumentos financeiros, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

**2.6 Contas a receber operacionais e contas a pagar a estabelecimentos comerciais**

a. Aquisição de recebíveis - Contas a receber dos bancos emissores relacionado às operações de aquisição de recebíveis, registrado pelo valor adquirido, calculado individualmente, descontando-se os fluxos de caixa de cada um dos recebíveis registrados e utilizando-se as taxas de juros contratadas nessas operações.

b. Valores a receber de transações financeiras processadas - representam primordialmente os valores a receber devidos por membros das associações de cartões para transações financeiras processadas pela Me-S que foram autorizadas, mas que ainda não foram recebidas. Tais recebíveis geralmente são liquidados no dia útil seguinte.

c. Valores a receber de estabelecimentos comerciais - representam as taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela Me-S de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.

d. Transações pendentes de repasse - referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores liquidados das taxas de intercâmbio e os saldos de contas a pagar a estabelecimentos comerciais deduzidos das taxas líquidas de administração (taxa de desconto); os prazos de recebimento dos emissores e de pagamento aos estabelecimentos são inferiores a um ano.

e. Valores a liquidar para os estabelecimentos comerciais referentes a transações processadas pela Me-S - são representados por saldos devidos a clientes de transações processadas que ainda não foram pagas. A Me-S paga os estabelecimentos comerciais por valores recebidos das associações de cartões no dia útil seguinte ao dia da captura da transação.

f. Cauções de clientes - a Me-S mantém fundos como um depósito de segurança para se proteger contra o risco de um cliente ir à falência e não ser capaz de pagar pelos serviços prestados. O montante retido de cada cliente é baseado nos fatores de risco associados a este, que incluem, entre outros, o tipo de negócio e o volume de transações realizadas.

**2.7 Imobilizado**

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

**2.8 Intangível**

**Ativos intangíveis adquiridos separadamente**

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

**Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios**

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

**Ativos intangíveis gerados internamente**

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos.

**Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio**

Anualmente, e se houver evidência, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

**2.9 Combinação de negócios**

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

**2.10 Ágio**

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado por seu custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão beneficiar-se das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável.

Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos.

O ágio decorrente de investimentos em controladas, coligada e empreendimentos controlados em conjunto é incluído no valor contábil do investimento nas informações financeiras individuais. Nas informações financeiras consolidadas, o ágio gerado pela aquisição de controladas é reconhecido no ativo intangível.

**2.11 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

**Impostos correntes**

A provisão para imposto de renda e contribuição social na Sociedade está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

**Impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período de relatório, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido. Nesses casos, os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Resultados abrangentes" no patrimônio líquido.

Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

**2.12 Benefícios a empregados**

A Sociedade é coparticipadora de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos aos planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

**2.13 Provisão para riscos**

Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada período de relatório, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. As provisões que envolvem processos tributários estão constituídas por valor equivalente à totalidade dos tributos em discussão judicial, atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços.

**2.14 Dividendos e juros sobre o capital próprio**

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Sociedade. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando aplicável, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às informações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas informações contábeis, é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos", no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 17.(g). Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

**2.15 Plano de opções de ações e de ações restritas**

A Sociedade oferece a seus administradores e a alguns de seus colaboradores, bem como aos de sua controlada Servinet, plano de opção de compra de ações e plano de ações restritas. As opções ou ações são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção ou da ação em contrapartida ao patrimônio líquido. No fim de cada exercício, a Sociedade revisa suas estimativas da quantidade de opções e ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

**2.16 Ativos e passivos financeiros**

**a. Ativos financeiros**

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo por meio do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

**Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros são mensurados ao valor justo pelo resultado quando são mantidos para negociação ou, no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando: (i) é adquirido principalmente para o propósito de venda em prazo muito curto; (ii) é parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo; (iii) é um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de "hedge" em uma contabilização de "hedge". Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

31/12/2015								
	Servinet	Multidisplay	M4 Produtos	Braspag	Me-S	Cielo USA	Cateno	Aliança
Ativo:								
Circulante	40.533	41.686	81.536	21.637	974.352	4.110	1.105.907	-
Não circulante	27.755	37.834	26.572	15.475	342.830	3.092.243	11.331.639	25.845
Total do ativo	68.288	79.520	108.108	37.112	1.317.182	3.096.353	12.437.546	25.845
Total do ativo em 31 de dezembro de 2014	64.622	63.013	107.999	31.474	808.511	2.237.535		
<b>Passivo e patrimônio líquido:</b>								
Circulante	31.842	33.340	88.287	6.787	694.702	875	352.716	-
Não circulante	17.383	-	104	105	14.926	1.859.482	-	-
Patrimônio líquido	19.063	46.180	19.717	30.220	607.554	1.235.996	12.084.830	25.845
Total do passivo e patrimônio líquido	68.288	79.520	108.108	37.112	1.317.182	3.096.353	12.437.546	25.845
Total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014	64.622	63.013	107.999	31.474	808.511	2.237.535		

31/12/2015								
	Servinet	Multidisplay	M4 Produtos	Braspag	Me-S	Cielo USA	Cateno	Aliança
<b>Resultado:</b>								
Receita líquida	136.104	456.996	91.319	37.547	1.605.833	-	2.036.935	-
Lucro (prejuízo) bruto	133.593	21.201	48.283	16.196	459.498	(106.330)	668.383	-
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	7.561	15.106	23.459	5.039	174.807	1.794	601.765	(6.885)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	9.810	12.987	23.834	5.945	173.756	(46.167)	672.314	(6.885)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	6.535	13.773	13.870	3.395	107.248	12.013	433.747	(6.885)
Lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014	6.153	18.209	16.321	4.311	58.696	884		

**Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Sociedade tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável ("impairment"). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros.

**Empréstimos e recebíveis**

São ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável ("impairment"). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

**Ativos financeiros disponíveis para venda**

São aqueles que não são derivativos e que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente. Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em rubrica específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do exercício no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

**b. Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados: (i) pelo valor justo por meio do resultado; ou (ii) como outros passivos financeiros.

**Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado**

São classificados nessa categoria os passivos financeiros mantidos para negociação ou quando mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro.

**Outros passivos financeiros**

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

**2.17 Instrumentos financeiros derivativos e operações de "hedge"**

A Sociedade contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de juros e taxas de câmbio. A Sociedade mede seus instrumentos financeiros derivativos baseados em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor justo dos instrumentos financeiros na data das demonstrações financeiras.

Mudanças no valor justo de um derivativo que é altamente efetivo e que é designado e qualificado como um "hedge" de fluxo de caixa ou um "hedge" de investimento líquido são registradas na demonstração de resultados abrangentes, e quando qualificados como um "hedge" de valor justo, o objeto e o instrumento de "hedge" são registrados no resultado pelos valores justos.

A Sociedade avalia, tanto no início da cobertura do "hedge" quanto em uma base contínua, se os derivativos usados em operações de "hedge" são altamente eficazes na compensação das alterações no justo valor ou fluxos de caixa de elementos cobertos. Quando um instrumento de "hedge" é vendido, terminado, vencido ou exercido, o ganho ou perda cumulativo não realizado, que tinha sido reconhecido na demonstração do resultado abrangente, é imediatamente reportada na demonstração do resultado. Adicionalmente, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros não caracterizados como "hedge" ou caracterizados com "hedge" de valor justo são reconhecidas na linha de (Perdas) Ganhos com instrumentos financeiros, líquido, na demonstração do resultado.

**2.18 Uso de estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no exercício demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos de captura de transação), imposto de renda e contribuição social diferidos, redução ao valor recuperável do ágio e provisão para riscos. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Sociedade e suas controladas revisam as estimativas e premissas no mínimo anualmente.

**2.19 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas**

As novas IFRSs emitidas pelo IASB e ainda não em vigor são:


**3.2 Controladas em conjunto ("joint ventures") e Coligada**

As participações nas controladas em conjunto e coligada incluem:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Controladas em conjunto:				
Orizon	40,95	40,95	40,95	40,95
Prevsauê	40,95	40,95	40,95	40,95
Guilher	40,95	40,95	40,95	40,95
Paggo	50,00	50,00	50,00	50,00
Coligada:				
Stelo	30,00	-	30,00	-

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das "joint ventures" e coligada em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e as principais rubricas da demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	31/12/2015				
	Orizon	Prevsauê	Paggo	Guilher	Stelo
<b>Ativo:</b>					
Circulante	148.038	21.759	1	14.586	5.044
Não circulante	71.008	459	335	15	46.703
Total do ativo	<u>219.046</u>	<u>22.218</u>	<u>336</u>	<u>14.601</u>	<u>51.747</u>

Total do ativo em 31 de dezembro de 2014

	31/12/2015				
	Orizon	Prevsauê	Paggo	Guilher	Stelo
<b>Passivo e patrimônio líquido:</b>					
Circulante	17.733	1.384	209	13.307	15.595
Não circulante	1.229	88	-	-	-
Patrimônio líquido	200.084	20.746	127	1.294	36.152
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>219.046</u>	<u>22.218</u>	<u>336</u>	<u>14.601</u>	<u>51.747</u>

Total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014

	31/12/2015				
	Orizon	Prevsauê	Paggo	Guilher	Stelo
<b>Resultado:</b>					
Receita líquida	140.266	12.047	-	5.670	5
Lucro (prejuízo) bruto	61.506	8.333	-	1.136	(10.413)

Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro

	40.485	7.828	(54)	1.090	(35.341)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>53.196</u>	<u>9.752</u>	<u>(54)</u>	<u>1.716</u>	<u>(34.769)</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>42.199</u>	<u>7.705</u>	<u>(54)</u>	<u>1.324</u>	<u>(22.951)</u>

Lucro (prejuízo) líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Caixa e bancos:</b>				
Moeda nacional	4.258	25.082	5.669	26.208
Moeda estrangeira	30.581	20.037	384.697	206.941

**Aplicações financeiras:**

Debêntures compromissadas (a)	6.558	3.705.009	837.228	3.737.513
Certificados de Depósito Bancário - CDB (a)	170	5.901	19.010	26.051
"Money Market Deposit Account" - MMDA (b)	2.920	2.008	2.920	2.008
Total	<u>44.487</u>	<u>3.758.037</u>	<u>1.249.524</u>	<u>3.998.721</u>

As aplicações financeiras têm as seguintes características:

(a) Em 31 de Dezembro de 2015, as aplicações financeiras em debêntures compromissadas e CDB foram rentabilizadas, em média, a 100,10% (100,55% em 31 de dezembro de 2014), da taxa DI.

(b) Os recursos aplicados no exterior (Nova York - Estados Unidos da América) em MMDA são rentabilizados a uma taxa prefixada de 0,25% ao ano.

Os saldos da rubrica "Caixa e bancos" são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil e no exterior, substancialmente representados por montantes depositados pelas instituições financeiras emissoras de cartões de crédito e de débito, no caso da Sociedade, e por membros das associações de cartões, no caso da Me-S, sendo tais valores utilizados para a liquidação financeira das transações com os estabelecimentos comerciais.

As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores contabilizados não diferem dos valores de mercado.

**5. CONTAS A RECEBER OPERACIONAIS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Aquisição de recebíveis (a)	10.094.141	9.112.285	10.094.141	9.112.285
Valores a receber de transações financeiras processadas (b)	-	-	461.030	275.193
Valores a receber de intercâmbio dos estabelecimentos comerciais (c)	-	-	149.585	103.457
Valores a receber de comissões de estabelecimentos comerciais (d)	-	-	292.376	-
Trava de domicílio bancário (e)	6.645	11.952	6.645	11.952
Serviço de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte (f)	20.948	7.294	20.948	7.294
Contas a receber de serviços de "mobile payment" (g)	-	-	85.502	78.162
Contestações de portadores de cartões de crédito - "chargeback" (h)	28.175	43.512	28.175	43.512
Outras contas a receber	3.755	4.552	13.503	9.534
Total	<u>10.153.664</u>	<u>9.179.595</u>	<u>11.151.905</u>	<u>9.641.389</u>

(a) O saldo corresponde às operações de aquisição de recebíveis dos estabelecimentos comerciais referentes às transações de cartões que serão recebidas dos bancos emissores de cartão em até 360 dias da data de aquisição dos estabelecimentos comerciais. Em 31 de dezembro de 2015, o referido montante está líquido da receita com aquisição de recebíveis reconhecida antecipadamente na data da liberação do numerário, no total de R\$ 386.722 (R\$ 292.596 em 31 de dezembro de 2014), a ser apropriada conforme a fluência dos prazos das operações, uma vez que está relacionado à aquisição de recebíveis por vendas a crédito à vista e parcelado, cujo vencimento original ocorrerá após as datas dos balanços.

(b) Corresponde a saldos a receber registrados na controlada Me-S. São representados por valores devidos pelos membros das associações de cartões por transações processadas que foram autorizadas, mas ainda não recebidas pela Me-S até as datas dos balanços. Os valores a receber são normalmente recebidos no dia útil seguinte à data da captura das transações. As associações de cartões remetem à Me-S os valores devidos aos estabelecimentos comerciais para processamento líquido da taxa de intercâmbio retida pelos bancos emissores. (c) São representados pelos valores a receber referente às taxas de intercâmbio que a controlada Me-S antecipa para os estabelecimentos comerciais durante o mês. Essas taxas de intercâmbio, bem como a comissão sobre os serviços prestados pela Me-S, são recebidas no início do mês subsequente àquele em que ocorreram as transações.

(d) O saldo corresponde às comissões auferidas pela controlada Cateno decorrentes dos serviços de gestão de contas de pagamento no Arranjo de Pagamento Ourocard. De forma geral, as taxas oriundas de transações com cartão de crédito são liquidadas em 28 dias e as decorrentes de operações com cartão de débito são liquidadas 1 dia útil após a transação.

(e) A Sociedade oferece aos bancos emissores o serviço de trava de domicílio bancário mediante autorização prévia do estabelecimento comercial para bloquear qualquer transferência de recebíveis desse estabelecimento para outro banco. Por esse serviço, a Sociedade recebe comissão, a qual é liquidada no mês subsequente à solicitação da trava de domicílio bancário pelos bancos emissores.

(f) Contas a receber da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS decorrentes da prestação de serviços de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte.

(g) Contas a receber referentes a serviços de pagamentos eletrônicos realizados pelas controladas M4Produtos e Multidisplay por meio de aparelhos celulares e venda de créditos telefônicos com cartões de crédito e débito.

(h) Corresponde substancialmente a saldos a receber de transações contestadas pelos portadores de cartão de crédito ("chargeback"). O saldo da rubrica "Contas a receber operacionais", por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
A vencer	10.125.489	9.136.083	11.123.730	9.597.877
Vencidos até 45 dias	28.175	43.512	28.175	43.512
Total	<u>10.153.664</u>	<u>9.179.595</u>	<u>11.151.905</u>	<u>9.641.389</u>

**6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**
**Imposto de renda e contribuição social - diferidos**

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis, e estão classificados no ativo não circulante e passivo não circulante.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

**a. Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos - Ativo**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Diferenças temporárias:</b>				
Provisão para riscos	470.254	403.111	476.164	408.715
Provisão para despesas diversas	166.512	335.667	255.326	343.888
Provisão para perdas com equipamentos de captura de transações e com créditos incobráveis	13.403	4.131	13.403	4.131
Total	<u>650.169</u>	<u>742.909</u>	<u>744.893</u>	<u>756.734</u>

**b. Composição do imposto de renda diferido - Passivo constituído em empresas no exterior**

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Valor justo dos ativos intangíveis da Me-S, adquirida em 2012	288.752	337.263
Outras diferenças temporárias	14.926	7.402
Total	<u>303.678</u>	<u>344.665</u>

O imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo em 31 de Dezembro de 2015, conforme demonstrado no item 6 (a), foram constituídos sobre diferenças temporárias. Conforme melhor estimativa da Administração, os créditos tributários constituídos sobre provisão para despesas diversas, provisão para perdas com equipamentos de captura de transações e provisão com créditos incobráveis, no montante de R\$ 650.169 (R\$ 744.893 no consolidado) serão realizados, principalmente, durante o exercício de 2016. A parcela dos créditos tributários sobre provisões para riscos, no montante de R\$ 470.254 (R\$ 476.164 no consolidado), serão realizadas quando

do desfecho final de cada ação, estimado parcialmente em até 5 anos, exceto em relação a 46% das provisões para riscos trabalhistas, cuja estimativa de realização é em até 10 anos, conforme andamento processual descrito na nota explicativa nº 16.

**Imposto de renda e contribuição social - correntes**

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.042.937	4.782.631	5.434.831	4.807.868
Alíquotas vigentes - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(1.714.599)	(1.626.095)	(1.847.843)	(1.634.675)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	86.190	45.424	86.190	45.424
Equivalência patrimonial	116.564	10.863	1.145	3.903
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	(19.656)	7.024	(22.890)	6.413
Imposto de renda e contribuição social	<u>(1.531.501)</u>	<u>(1.562.784)</u>	<u>(1.783.398)</u>	<u>(1.578.935)</u>
Correntes	(1.439.821)	(1.729.834)	(1.813.139)	(1.763.725)
Diferidos	(91.680)	167.050	29.741	184.790

	Patrimônio líquido ajustado		Lucro (prejuízo) do exercício	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Controladas:</b>				
Servinet	19.063	22.527	6.535	6.153
Multidisplay	62.554	63.452	13.773	18.209
Braspag	30.220	26.825	3.395	4.311
Cielo USA	1.235.996	829.048	12.013	884
Cateno (b)	12.084.830	-	433.747	-
Aliança (c)	25.845	-	(6.885)	-
Total controladas	<u>13.458.508</u>	<u>941.852</u>	<u>462.578</u>	<u>29.557</u>

**Controladas em conjunto:**

Orizon (d)	200.084	157.891	42.199	28.827
Paggo	127	181	(54)	(652)
Total controladas em conjunto	<u>200.211</u>	<u>158.072</u>	<u>42.145</u>	<u>28.175</u>
<b>Coligada:</b>				
Stelo	36.152	-	(22.951)	-

(b) A partir de 27 de fevereiro de 2015, as informações financeiras da Cateno passaram a integrar as demonstrações financeiras (vide nota explicativa nº 01 - Contexto Operacional).

(c) A partir de 12 de junho de 2015, as informações financeiras da Aliança passaram a integrar as demonstrações financeiras (vide nota explicativa nº 01 - Contexto Operacional).

(d) O valor de R\$ 5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua então controlada Orizon.

Em 31 de dezembro de 2015, os ágios gerados na aquisição de investimentos no balanço individual e os ágios gerados na aquisição de investimentos das controladas em conjunto e coligada no balanço consolidado estão registrados na rubrica de investimentos, conforme composição analítica apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Multidisplay	20.690	20.690	-	-
Braspag	25.966	25.966	-	-
Orizon	10.143	10.143	10.143	10.143
Stelo	-	-	14.999	-
Total	<u>56.799</u>	<u>56.799</u>	<u>25.142</u>	<u>10.143</u>

O detalhamento da natureza dos ágios gerados na aquisição de investimentos registrados na rubrica de investimentos estão na nota explicativa nº 09 - Ágio na aquisição de investimentos. As principais informações financeiras referentes às controladas de forma indireta, controladas em conjunto de forma indireta e coligada, estão apresentadas a seguir:

	Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)		Lucro (prejuízo) do exercício		Participação - %	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Prevsauê	20.746	13.041	7.705	6.178	40,95	40,95
Guilher	1.294	(30)	1.324	(193)	40,95	40,95
M4Produtos	19.717	25.444	13.870	16.321	50,10	50,10
Me-S	607.554	349.587	107.248	58.696	100,00	100,00
Stelo	36.152	-	(22.951)	-	30,00	-
Precisa (e)	-	-	-	2.747	-	-

(e) Em 20 de março de 2014, houve a alienação integral da controlada em conjunto Precisa para outro grupo econômico.

**8. IMOBILIZADO**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Equipamentos de captura de transações (*)	-	-	-	-
Equipamentos de processamento de dados	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	10.143	10.143	10.143	10.143
Instalações	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-
Total	<u>10.143</u>	<u>10.143</u>	<u>10.143</u>	<u>10.143</u>

 Equipamentos de captura de transações (\*)  
 Equipamentos de processamento de dados  
 Máquinas e equipamentos  
 Instalações  
 Móveis e utensílios  
 Veículos  
 Total

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Equipamentos de captura de transações (*)	613.989	370.196	(36.371)	(357.752)
Equipamentos de processamento de dados	74.754	19.642	-	(21.916)
Máquinas e equipamentos	1.098	6.685	(58)	(869)
Instalações	7.677	44.777	(6.677)	(2.762)
Móveis e utensílios	3.221	5.408	(349)	(722)
Veículos	759			



O valor do investimento registrado contabilmente pela Aliança inclui ágio inicial na aquisição das ações no montante de R\$ 14.999 gerado pela diferença entre o percentual de participação no patrimônio líquido total da Stelo e preço de compra no montante de R\$ 32.730.

**10. OUTROS INTANGÍVEIS**

A composição analítica de outros intangíveis está apresentada a seguir:

	Taxa anual de amortização - %	Controladora			
		31/12/2015	31/12/2014		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software (a)	20	296.002	(155.946)	140.056	112.173
Desenvolvimento de projetos (b)	20	25.054	(16.979)	8.075	10.022
Relacionamento com clientes (c)	10	953	(683)	270	317
Acordo de não competição (d)	7,5	10.284	(7.511)	2.773	4.160
Contratos de serviços (e)	20	11.994	(11.994)	-	-
Total		344.287	(193.113)	151.174	126.672
Consolidado					
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software (a)	6,66 - 20	830.840	(326.894)	503.946	402.147
Desenvolvimento de projetos (b)	20	345.700	(232.086)	113.614	78.836
Relacionamento com clientes (c)	4 - 20	615.350	(174.594)	440.756	606.321
Acordo de não competição (d)	7,5 - 50	164.502	(89.579)	74.923	94.756
Contratos de serviços (e)	8 - 20	39.590	(17.864)	21.726	19.027
Marcas (f)	10	3.905	(3.905)	-	5.905
Direito de Exploração					
Arranjo Ourocard (g)	3,33	11.572.000	(321.444)	11.250.556	-
Total		13.571.887	(1.166.366)	12.405.521	1.206.992

(a) Software - refere-se a softwares adquiridos de terceiros e utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações comerciais de clientes. Adicionalmente, em 2012, quando da aquisição de 100% do capital social da Me-S, foi reconhecido o ajuste do valor justo da plataforma de softwares na Cielo USA, no montante de R\$ 223.300 (equivalente a US\$ 110.000). Para avaliar o valor justo da plataforma de softwares, a empresa especializada que emitiu o laudo utilizou como critério de valorização a média dos valores obtidos com as metodologias "Relief-from-Royalty" (a um "royalty fee" de 16%) e "Cost Approach - Third-party Cost Estimates". A vida útil definida para essa plataforma de softwares é de 12 anos.

(b) Desenvolvimento de projetos - refere-se a gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços que visam incrementar o faturamento e a receita da Sociedade e de suas controladas.

Existem outros intangíveis gerados pela alocação do preço pago nas aquisições do controle da M4U, da Braspag e da Me-S, em agosto de 2010, maio de 2011 e agosto de 2012, respectivamente. Esses intangíveis foram contabilizados com base em laudos elaborados por empresas independentes especializadas naquelas datas, e os critérios para determinação desses ativos intangíveis estão descritos a seguir:

(c) Relacionamento com clientes:

- Braspag** - O principal componente do ativo intangível é a carteira de clientes, que foi avaliada pela metodologia "Income Approach" considerando o saldo de clientes ativos e o respectivo "churn rate", utilizando-se de uma vida útil estimada de 120 meses.
- Me-S** - A carteira de clientes da Me-S foi classificada em três principais grupos: "e-commerce", "bank customer" e "B2B/Outros". Cada carteira foi avaliada separadamente, pela metodologia "Excess Earnings", respeitando-se suas características específicas e individuais. Como taxa de desconto, foi utilizada a de 10% ao ano para as carteiras "e-commerce" e "bank customer" e 11% para "B2B/Outros". A estimativa da vida útil utilizada foi baseada nos anos em que cada carteira atinge aproximadamente 80% a 90% do valor do fluxo de caixa descontado acumulado, tendo sido adotado um intervalo entre o menor valor e o maior valor apurado.

(d) Acordo de não competição:

- Multidisplay e M4Produtos** - O valor do acordo de não competição ("with and without") foi calculado pela metodologia "Income Approach", utilizando uma taxa de desconto de 17,5% ao ano, perpetuidade de 4% ao ano e vida útil estimada de 89 meses.

- Me-S** - Com relação ao acordo de não competição, a Me-S firmou contrato com a Synovus Financial Corporation que prevê a não concorrência na carteira adquirida da Columbus Bank and Trust Company ("CB&T"), tampouco nos novos clientes adquiridos por meio da CB&T em virtude de Acordo de Recomendação. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia "With and Without", e sua vida útil teve como base a data de término do contrato.

(e) Contratos de serviços:

- Multidisplay e M4Produtos** - Os quatro contratos de serviços com operadoras de telecomunicações foram avaliados de acordo com o fluxo de caixa descontado de cada contrato, utilizando uma taxa de desconto de 16,5% ao ano, durante a vida útil residual de cada contrato, de aproximadamente 53 meses.

- Me-S** - Com relação a contratos de serviços, a Me-S, quando da aquisição da carteira de clientes da CB&T, firmou contrato segundo o qual teria preferência na indicação de novos clientes. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia "Excess Earnings", e sua vida útil teve como base a data do término do contrato, ou seja, 2020.

(f) Marcas - avaliada pela metodologia "Relief-from-Royalty", tendo como premissa a taxa de "royalty" de 0,3% baseada em parâmetros obtidos da "Royalty Source Intellectual Property Database", e uma taxa de desconto de 10%.

(g) Direito de Exploração - Arranjo de Pagamento Ourocard:

- Cateno** - No âmbito do acordo de associação entre a Sociedade e BB Elo Cartões, subsidiária integral do Banco do Brasil (vide nota explicativa nº 01 - Contexto Operacional), foram outorgados a Cateno os direitos de exploração da atividade de gestão de contas de pagamento pós-pagos do Arranjo de Pagamento Ourocard, de exploração da atividade de gestão da funcionalidade de compras via débito do Arranjo de Pagamento Ourocard e de participar do Arranjo de Pagamento Ourocard na qualidade de Instituição de Pagamento.

Por meio de Laudo de Avaliação Econômico-Financeira, realizado por empresa de auditoria independente e elaborado com base na metodologia de Rentabilidade Futura, por meio do "Fluxo de Caixa Descontado", os direitos de exploração no âmbito do Arranjo de Pagamento Ourocard, acima descritos, foram avaliados em R\$ 11.572 milhões com vida útil definida em 30 anos. A amortização do ativo intangível é apropriada linearmente à taxa de 3,33% ao ano. A vida útil e o método de amortização são revisados anualmente.

A movimentação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é como segue:

	Controladora				
	31/12/2014	Adições	Amortizações	31/12/2015	
Software	112.173	63.817	(35.934)	140.056	
Desenvolvimento de projetos	10.022	-	(1.947)	8.075	
Relacionamento com clientes	317	-	(47)	270	
Acordo de não competição	4.160	-	(1.387)	2.773	
Total	126.672	63.817	(39.315)	151.174	
Consolidado					
	31/12/2013	Adições	Amortizações	31/12/2014	
Software	74.065	79.321	(26.714)	126.672	

Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão desses "bonds" (bancos, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado. Não há cláusulas de "covenants" impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão de "bonds".

(c) Notas Promissórias

Em 29 de dezembro de 2014, a Sociedade emitiu Notas Promissórias com prazo de vigência de até 180 dias contados da data de emissão. O valor total da emissão foi de R\$ 4.600.000, composta por 460 Notas Promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 10.000. A remuneração das Notas Promissórias contemplou juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada de 106,50% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP.

Para essa operação, a Sociedade incorreu em custos diretamente relacionados ao processo de emissão no montante de R\$ 10.374, que foram apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado.

Não existiam cláusulas de "covenants" impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão das Notas Promissórias.

Em 13 de abril de 2015, houve resgate antecipado do saldo integral das Notas Promissórias com os recursos obtidos na emissão das debêntures públicas.

(d) Debêntures Privadas

Em 27 de fevereiro de 2015, a Sociedade realizou a 1ª, a 2ª e a 3ª emissões de debêntures simples, em série única, da espécie quirográfica, não conversíveis em ações para distribuição privada. As três emissões totalizam o montante de R\$ 3.459.449 e estabelecem como data de vencimento o dia 30 de dezembro de 2023. A remuneração das Debêntures Privadas contemplará juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada entre 100,00% e 111,00% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interbancários, conforme aplicável, indicado na tabela abaixo:

Montante principal	Remuneração
1ª emissão 2.359.449	111% do DI
2ª emissão 700.000	100% do DI até 31.03.2015 e 111% do DI após 31.03.2015
3ª emissão 400.000	100% do DI desde a data de integralização até o dia em que for destituído o "Comitê de Transição" ou até o fim do período de 9 (nove) anos, contados a partir de data-base a ser definida em aditamento da Escritura. Na ocasião de qualquer um dos eventos, os juros remuneratórios se basearão na variação de 111% do DI.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente a partir da data de emissão, exceto pelo último período de capitalização que será mais curto, pois terá início em 27 de agosto de 2023 e encerrará com pagamento na data de vencimento, juntamente com o valor principal. Excepcionalmente em 27 de março de 2015, houve amortização parcial do saldo principal no montante de R\$ 122.324 referente à 1ª emissão das debêntures privadas. Não existem cláusulas de "covenants" impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão das Debêntures Privadas.

(e) Debêntures Públicas

Em 13 de abril de 2015, a Sociedade realizou a 4ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirográfica, não conversíveis em ações e para distribuição pública nos termos da IN/CVM 400/03. A emissão foi realizada no montante de R\$ 4.600.000, com data de vencimento em 13 de abril de 2018. A remuneração das Debêntures Públicas contemplará juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada de 105,8% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interbancários. O valor principal será amortizado em 3 parcelas iguais e anuais, em abril de cada ano, e os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, em abril e outubro de cada ano.

O montante de R\$ 4.600.000 foi integralmente destinado ao resgate antecipado das Notas Promissórias, emitidas em 29 de dezembro de 2014.

As Debêntures Públicas possuem "covenants" que obrigam a Sociedade a manter o índice de endividamento Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado igual ou inferior à 3, mensurados anualmente.

(f) Financiamento de P&D

Em 9 de dezembro de 2014, a Cielo celebrou contrato de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa pública brasileira de fomento à ciência, tecnologia e inovação em empresas no valor total de R\$ 159.769, cuja primeira parte dos recursos no montante de R\$ 59.115, sendo R\$ 58.553 líquidos de despesas de inspeção e supervisão, foram liberados em 16 de junho de 2015. O referido financiamento foi captado com juros de 4,00% ao ano, com início de pagamento do saldo principal em 36 meses que será realizado em 85 parcelas sucessivas mensais após o referido prazo de carência. Os juros são pagos a partir do recebimento da primeira liberação. A sociedade mantém aplicação financeira, registrada pelo valor justo por meio do resultado no ativo não circulante, remunerada a 101,00% da taxa DI no montante de R\$ 66.124 dado em garantia ao financiamento obtido. Não existem cláusulas de "covenants" impondo restrições de ordem financeira em relação ao financiamento obtido junto ao FINEP.

(g) Empréstimo em moeda estrangeira - "operação 4.131"

Em 19 de junho de 2015 foi contratado empréstimo no valor de US\$ 204.625, equivalente a R\$ 630.000 que contempla juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada de 100,00% da Libor mais "spread" de 0,73% ao ano. Adicionalmente, em 31 de julho de 2015, a Sociedade contratou o valor de US\$ 109.016, correspondente a R\$ 370.000, com juros remuneratórios de 100,00% da Libor mais "spread" de 1% ao ano, ambos contratados junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. ("BTMU") com vencimento em 19 de dezembro de 2016. Conjuntamente, a Sociedade contratou instrumentos financeiros derivativos ("Swap") com o objetivo específico de proteger os referidos empréstimos de oscilações decorrentes de variação cambial e da taxa de juros, tendo a remuneração mensal final, considerados todos os custos da operação, equivalentes a 99,4% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interbancários. Os juros dos empréstimos são pagos mensalmente desde o início da contratação, juntamente com a liquidação parcial do instrumento financeiro. Os empréstimos obtidos junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd possuem "covenants" que obrigam a Sociedade a manter o índice de endividamento Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado igual ou inferior à 3, mensurados anualmente.

A Sociedade cumpriu o índice financeiro relacionado às cláusulas restritivas de seus empréstimos e financiamentos descritos acima. A manutenção dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.544.641	2.488.485
Novas captações	4.848.580	4.848.580
Pagamento de principal	(278.477)	(278.477)
Variação cambial (principal e juros)	149.193	276.598
Juros provisionados e encargos apropriados	65.971	102.587
Juros pagos	(61.390)	(98.031)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.268.518	7.339.742
Novas captações	9.293.027	9.293.027
Pagamento de principal	(4.963.308)	(4.963.308)
Variação cambial (principal e juros)	815.349	1.319.448
Ajuste Marcação a Mercado (MTM)	(11.571)	(11.571)
Juros provisionados e encargos apropriados	1.131.842	1.179.804
Juros pagos	(805.969)	(857.649)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	11.727.888	13.299.493

"Hedge" Accounting

Em 31 de dezembro de 2015, a Cielo possui instrumentos financeiros designados como instrumento de "hedge" para proteção de possíveis oscilações decorrentes de variação cambial e taxa de juros de saldos de empréstimos e financiamentos, conforme nota explicativa 28 (f) e (g).

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante

A composição do saldo da rubrica "Empréstimos e financiamentos" classificados como não circulante em 31 de dezembro de 2015, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
2017	1.661.242	-	1.661.243	-
2018	1.559.582	-	1.559.582	-
2019	6.976	-	6.976	-
2020	6.925	-	6.925	-
2021	6.975	-	6.975	-
2022	1.842.177	-	3.412.906	-
2023	3.345.392	-	3.345.392	-
2024	8.266	-	8.266	-
Total	8.437.535	-	10.008.265	-

**14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações e imposto de Renda Retido na Fonte	103.762	391.919	192.799	392.984
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	26.899	21.296	41.883	22.517
Imposto Sobre Serviços - ISS	7.233	7.297	14.375	9.255
Programa de Integração Social - PIS	9.136	8.071	12.495	8.463
Outros tributos a recolher	11.162	7.858	14.181	9.329
Total	158.192	436.441	275.733	442.548

**15. OUTRAS OBRIGAÇÕES**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Passivo circulante:				
Provisão para despesas diversas	82.102	67.613	222.644	67.669
Provisão para férias e encargos	25.465	21.814	42.809	31.881
Participação dos colaboradores e diretores no lucro	68.689	68.174	93.643	91.900
Outros valores a pagar	-	-	160.903	43.613
Total	176.256	157.601	519.999	235.063
Passivo não circulante:				
Outros valores a pagar	11.804	5.767	17.667	13.292
Total	188.060	163.368	537.666	248.355

**16. PROVISÃO PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

a. Provisão para riscos

A Sociedade e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros assuntos. A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações trabalhistas, cíveis e tributárias, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, como segue:

	Controladora				
	31/12/2014	Adições	reversões	Atualização monetária	Pagamentos
Tributárias	1.105.016	190.369	(4.395)	1.020	-
Cíveis	18.194	14.370	(2.168)	2.553	(7.031)
Trabalhistas	82.217	36.394	(31.683)	418	(4.201)
Total	1.205.427	241.133	(38.246)	3.991	(11.232)

	Consolidado				
	31/12/2013	Adições	reversões	Atualização monetária	Pagamentos
Total	1.028.903	210.333	(22.414)	3.631	(15.026)

	Controladora				
	31/12/2014	Adições	reversões	Atualização monetária	Pagamentos
Tributárias	1.105.016	190.369	(4.395)	1.020	-
Cíveis	19.902	14.370	(2.168)	2.553	(7.031)
Trabalhistas	98.715	44.031	(37.618)	466	(4.960)
Total	1.223.633	248.770	(44.181)	4.039	(11.991)

(i) Correspondem substancialmente ao complemento da provisão para riscos tributários, nos exercício findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, referente a tributos com exigibilidade suspensa, registrada em contrapartida às rubricas "Impostos sobre serviços" e "Outras despesas operacionais, líquidas", e ao complemento das provisões para riscos cíveis e trabalhistas, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuada pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

(ii) Substancialmente representadas pela reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas em virtude de prescrição, processos encerrados ou mudança na avaliação do risco de perda pelos assessores jurídicos da Sociedade e de suas controladas.

(iii) No exercício findo 31 de dezembro de 2015, a Sociedade e suas controladas, por acordos judiciais ou decisões desfavoráveis, efetivaram a liquidação de 2.351 ações cíveis e trabalhistas, no montante total de R\$ 11.232 e R\$ 11.991 na Controladora e no Consolidado, respectivamente.

Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Sociedade que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de afiliação, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época. Em 31 de dezembro de 2015, a provisão para perdas prováveis em ações cíveis é de R\$ 25.918 na controladora e R\$ 27.626 no consolidado, e o saldo de depósito judicial é de R\$ 5.991 na controladora e R\$ 6.043 no consolidado.

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2015, existem ações cíveis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por associações, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo em aproveitar uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

Processos trabalhistas

Referem-se à diversas demandas trabalhistas que, em 31 de dezembro de



Renda Pessoa Jurídica - IRPJ destinada ao FINAM. O processo administrativo está aguardando inclusão em pauta para julgamento do recurso voluntário da Sociedade pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Em 31 de dezembro de 2015, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 15.835 na controladora e no consolidado.

**Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002** - Em 2007, foi lavrado auto de infração contra a Sociedade para exigir a CSLL (cota de ajuste) relativamente ao ano-calendário 2002, acrescida da multa de ofício (75%) e dos juros de mora, bem como multa isolada (50%) sobre os valores das "estimativas" de CSLL que não teriam sido recolhidas. Após a manutenção do auto de infração na esfera administrativa, em julho de 2011, a Sociedade optou pela discussão judicial. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente e está sendo contestado em ação de ação anulatória, distribuída em agosto de 2011. Atualmente, aguarda-se a prolação de sentença nos autos da ação anulatória. Em 31 de dezembro de 2015, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 10.895 na controladora e no consolidado, e o valor do depósito judicial é de R\$ 10.895 na controladora e no consolidado.

**Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008** - Em 2009, a controladora compenhou o saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2008 para débitos fiscais devidos em 2009 mediante apresentação de Declaração de Compensação (PER/DCCOMP). Ao apreciar referida declaração de compensação em 2012, a Secretária da Receita Federal do Brasil não homologou o crédito fiscal e, por consequência, emitiu o Despacho Decisório nº 022405395. Em janeiro de 2013, a controladora ajuizou Ação Ordinária Anulatória de Débito Fiscal, na Vara Cível da Subseção Judiciária de Osasco/SP, com a finalidade de demonstrar e provar o crédito de saldo negativo do ano-calendário de 2008. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente. Em 31 de dezembro de 2015, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 7.045 e o valor do depósito judicial é de R\$ 7.045, na controladora e no consolidado.

A Sociedade e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 1.133 na controladora e no consolidado. Para fazer frente a outros processos avaliados como riscos possíveis pelos assessores jurídicos, a Sociedade e suas controladas detêm depósito judicial no montante de R\$ 8.515 na controladora e R\$ 11.638 no consolidado.

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das provisões para riscos tributários ocorrerá em até 5 anos, sendo certo, que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Tributárias	83.534	99.341	113.939	106.537
Cíveis	83.260	88.209	83.260	88.209
Trabalhistas	81.725	60.396	102.147	76.861
Total	248.519	247.946	299.346	271.607

**b. Depósitos judiciais**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Sociedade e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, cujas movimentações estão assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Tributários	1.077.372	188.859	-	2.266.231
Cíveis e trabalhistas	25.665	5.749	(1.442)	29.972
Total	1.103.037	194.608	(1.442)	2.296.203

  

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2013	Adição	Baixa	31/12/2014
Total	925.305	178.810	(1.078)	1.103.037

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Tributários	1.080.390	188.964	-	2.269.354
Cíveis e trabalhistas	28.085	6.563	(1.547)	33.101
Total	1.108.475	195.527	(1.547)	2.302.455

  

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2013	Adição	Baixa	31/12/2015
Total	951.409	179.137	(22.071)	1.108.475

**17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a. Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2015 está representado por 1.886.677.126 ações ordinárias (1.572.230.938 em 31 de dezembro de 2014), todas subscritas e integralizadas.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 18, a quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2015 é de 1.881.830.814 (1.566.433.971 ações em 31 de dezembro de 2014).

Conforme ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2015, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade no montante de R\$ 500.000. Para efetivação do aumento de capital social foi utilizado parcialmente o saldo proveniente da reserva de orçamento de capital.

O capital social poderá ser aumentado em até 2.400.000.000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho da Administração, competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado. Exceto nos casos descritos a seguir, os acionistas terão preferência para a subscrição de aumento de capital, sendo 30 dias corridos para o exercício desse direito contados a partir da publicação da ata do Conselho de Administração que deliberar o aumento. O Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta, dentro do limite do capital autorizado. Ainda, o Conselho de Administração deverá dispor sobre as sobras não subscritas em aumento de capital, durante o prazo de exercício de preferência, determinando, antes da venda destas em bolsa de valores em benefício da Sociedade, o rateio, na proporção dos valores subscritos, entre os acionistas que tiverem manifestado, no boletim ou na lista de subscrição, interesse em subscrever as eventuais sobras.

**b. Reserva de capital**

Representa os custos com remuneração baseada em ações e os ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 64.305 (R\$ 75.854 em 31 de dezembro de 2014).

**c. Ações em tesouraria**

Em 28 de janeiro de 2015, o Conselho de Administração da Sociedade, em consonância com as disposições do artigo 19 do seu Estatuto Social, do artigo 30 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 10/80, conforme alteração, e da Instrução CVM nº 358/02 e suas alterações posteriores, aprovou a aquisição de até 2.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, para cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria e, em especial, para atender ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade, sem redução de capital social, dentro do prazo de 365 dias contados da divulgação do fato relevante de sua abertura. Adicionalmente, essas aquisições de ações de emissão pela própria Sociedade estão limitadas ao saldo disponível na rubrica "Reserva de Capital" apurada durante o exercício social, observados os artigos 1º e 12 da Instrução nº 10/80.

Cabe à Administração da Sociedade definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Controladora e Consolidado		Custo médio - R\$ por ação
	Ações	Valor	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(5.796.967)	(194.478)	33,55
Venda em janeiro de 2015	185.833	6.234	33,55
Venda em fevereiro de 2015	46.278	1.553	33,55
Venda em março de 2015	98.170	3.294	33,55
Venda em abril de 2015	33.025	1.108	33,55
Saldo em ações em tesouraria antes da bonificação	5.433.661	(182.289)	33,55
Aumento das ações em tesouraria em decorrência da bonificação (*)	(1.086.731)	-	-
Venda em abril de 2015	157.864	4.413	27,96
Venda em maio de 2015	51.019	1.426	27,96
Venda em junho de 2015	118.309	3.308	27,96
Venda em julho de 2015	1.210.348	33.837	27,96
Venda em agosto de 2015	55.750	1.559	27,96
Recompra em agosto de 2015	(415.470)	(17.304)	29,02
Venda em agosto de 2015	205.600	5.967	29,02
Venda em setembro de 2015	156.086	4.529	29,02
Venda em outubro de 2015	32.579	946	29,02
Venda em novembro de 2015	63.789	1.851	29,02
Venda em dezembro de 2015	38.206	1.109	29,02
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	(4.846.312)	(140.648)	29,02

(\*) **Bonificação:** foram emitidas novas ações ordinárias, atribuindo-se aos acionistas, gratuitamente, a título de bonificação uma nova ação ordinária para cada lote de 5 ações ordinárias de que fossem titulares, gerando o efeito total de 1.086.731 novas ações.

As ações adquiridas serão mantidas em tesouraria para posterior alienação, cancelamento ou utilização no exercício das opções de compra de ações outorgadas aos administradores e colaboradores da Sociedade.

**d. Resultados abrangentes**

Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira dos investimentos no exterior e dos ganhos ou das perdas em instrumentos de "hedge" de investimentos no exterior, líquidos dos efeitos fiscais. Os saldos abaixo apresentam os ajustes acumulados nas datas dos balanços, como seguem:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Variação cambial sobre investimento no exterior	592.829	198.046
Resultado com instrumentos de "hedge" ("bonds") sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	(568.783)	(181.432)
Resultado com instrumentos de "hedge" ("NDF") sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	(10.645)	(10.645)
Total	13.401	5.969

**e. Reserva de lucros - legal**

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 500.000 (R\$ 360.992 em 31 de dezembro de 2014).

**f. Reserva de lucros - orçamento de capital**

Conforme ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2015, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade no montante de R\$500.000 a partir do saldo proveniente da reserva de orçamento de capital.

Em reunião realizada em 1º de fevereiro de 2016 pelo Conselho da Administração, foram apresentadas as demonstrações financeiras e a proposta de orçamento de capital relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, que será submetida à aprovação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 8 de abril de 2016. A constituição do orçamento de capital composto pelo equivalente a 68,4% do total do resultado auferido no exercício social de 2015, já deduzido da reserva legal, e do saldo resultante em orçamento de capital referente ao exercício de 2014.

A proposta de orçamento de capital está justificada pela necessidade de fortalecimento do capital de giro proporcionado pela manutenção de recursos e garantir maior robustez e estabilidade financeira, facilitando o financiamento das suas operações, em especial a operação de aquisição de recebíveis de vendas ("ARV") e disponibilizará recursos para recompra de ações de emissão da Companhia, nos termos e até o limite permitido pela Instrução CVM nº 567. As ações que venham eventualmente a ser adquiridas serão mantidas em tesouraria, para posterior alienação, cancelamento ou utilização nos futuros exercícios das opções de compra de ações outorgadas aos administradores e colaboradores, dentre outras finalidades.

O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2015 é de R\$3.583.619 (R\$1.776.914 em 31 de dezembro de 2014).

**g. Dividendos e juros sobre o capital próprio**

Os acionistas era assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 50% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2015, foi deliberada e aprovada a proposta para redução do dividendo mínimo obrigatório anual para 30% sobre o lucro líquido auferido, ajustado na forma prevista pelo artigo nº 202 da Lei das Sociedades por Ações.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral. A Sociedade registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Sociedade o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, com base neles, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos à conta de lucro. Poderá ainda o Conselho de Administração declarar dividendos intercalares à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos Acionistas.

Em 28 de janeiro de 2015, o Conselho de Administração aprovou, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária realizada em 10 de abril de 2015, a proposta de pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, nos montantes de R\$ 702.880 (representado pela soma dos montantes de R\$ 419.021, registrado como dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2014, e R\$ 283.859, valor excedente ao mínimo obrigatório registrado no patrimônio líquido como "Dividendos adicionais aos propositos" em 31 de dezembro de 2014) e R\$ 66.800 (R\$ 56.780, líquido de IRRF), respectivamente. Os proventos foram pagos em 31 de março de 2015.

Conforme ata de reunião do Conselho da Administração realizada em 10 de agosto de 2015, foi deliberada a rattificação da Política de Dividendos para refletir a redução dos dividendos mínimos obrigatórios anuais para 30% do lucro líquido. Nesta mesma data, foi deliberada a distribuição de R\$ 524.785 do lucro líquido apurado no primeiro semestre de 2015, sendo R\$ 410.685 a título de dividendos e R\$ 114.100 a títulos de juros sobre o capital próprio. Os proventos foram pagos aos acionistas em 30 de setembro de 2015.

Adicionalmente, em 1º de fevereiro de 2016, o Conselho de Administração aprovou, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária que será realizada em 8 de abril de 2016, a proposta de pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, nos montantes de R\$ 401.538 e R\$ 139.400, respectivamente, referentes aos resultados auferidos no segundo semestre de 2015, que, somados aos dividendos e juros sobre o capital próprio de R\$ 524.785 pagos em setembro de 2015, correspondem a uma distribuição de 31,6% do lucro líquido auferido no exercício de 2015.

Os dividendos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	3.511.436	3.219.847
Reserva de lucros - reserva legal	(139.008)	(160.992)
Base de cálculo dos dividendos mínimos	3.372.428	3.058.855
Dividendos intercalares pagos	410.685	996.846
Juros sobre o capital próprio pagos	114.100	66.800
Dividendos provisionados	401.538	419.021
Juros sobre o capital próprio provisionados	139.400	66.800
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(42.207)	(20.040)
Dividendo mínimo obrigatório anual	1.011.728	1.529.427
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	-	283.559

**18. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO**

**a. Movimentação do número de ações ordinárias**

	Ordinárias	
	31/12/2015	31/12/2014
Ações emitidas	1.566.433.971	-
Exercício de opção de compra de ações:		
Janeiro de 2015	185.833	-
Fevereiro de 2015	46.278	-
Março de 2015	98.170	-
Efeito de bonificação de ações	313.359.457	-
Abril de 2015	190.889	-
Maio de 2015	51.019	-
Junho de 2015	118.309	-
Julho de 2015	1.210.348	-
Recompra em agosto de 2015	(415.470)	-
Agosto de 2015	261.350	-
Setembro de 2015	156.086	-
Outubro de 2015	32.579	-
Novembro de 2015	63.789	-
Dezembro de 2015	38.206	-
Total	1.881.830.814	-

Data de outorga	Quantidade de ações				Saldo
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Bonificação	
Julho de 2010	1.073.680	(287.198)	(1.074.522)	163.314	71.403
Julho de 2011	1.315.854	(276.942)	(2.314.751)	262.413	273.433
Julho de 2012	987.487	(166.861)	(1.686.230)	-	189.146
Julho de 2013	1.049.141	(212.293)	(788.529)	-	-
Julho de 2014	1.561.552	(84.923)	(112.191)	-	-
Julho de 2015	557.354	-	(1.738)	-	-
Março de 2014	105.000	(356)	-	-	105.000
Março de 2015	178.492	-	-	-	-
Total	6.828.560	(1.028.573)	(5.977.961)	425.727	533.982

Para determinar o valor justo das opções, a partir de 2011, optou-se pelo modelo de precificação binomial. Nos anos anteriores foi utilizada a metodologia Black & Scholes, baseada nas seguintes premissas econômicas:

	Outorga em				
	Julho 2010	Julho 2011	Julho 2012	Julho 2013	Julho 2014
"Dividend yield"	5,73%	8,87%	5,36%	3,71%	3,31%
Volatilidade do preço da ação	37,51%	38,27%	31,65%	30,06%	23,15%
Período esperado para o exercício	5 anos	6 anos	6 anos	6 anos	6 anos

Na reunião do Conselho da Administração realizada em 24 de junho de 2015, foi aprovado o Plano de Opções de Compra de Ações e Concessão de Ações Restritas da Sociedade, cujo para o cálculo da 8ª outorga de julho de 2015, foi utilizada a metodologia: (a) de diluição prevista de 0,03% do capital acionário da Sociedade, respeitando o limite anual de 0,3%; (b) a diluição total acumulada de 1,15% do Programa entre os anos de 2009 e 2015 (inclusive), respeitando o limite total de 2%; (c) valor justo para outorga será de R\$ 41,51, considerando a média dos 30 pregões no período de 06/05/2015 a 17/06/2015.

O valor justo está sendo apropriado ao resultado do exercício e a contrapartida na reserva de capital de forma linear pelos prazos de até 24 meses (para os planos Sócio Cielo) e 36 meses (para os planos de opções de ações e ações restritas).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi reconhecida provisão de R\$ 22.952 líquido dos encargos (R\$ 23.037 em 31 de dezembro de 2014), tendo como contrapartida a rubrica "Despesas com pessoal".

Desses montantes correspondem a parcela de diretores estatutários o montante de R\$ 9.799 líquido dos encargos (R\$ 9.507 em 31 de dezembro de 2014).

Foram exercidas 4.846.312 ações no valor de R\$ 34.501 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (2.082.065 ações no valor de R\$ 46.820 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014), sendo o saldo total de opção de ações outorgadas registrado na rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 11.549 (R\$ 23.783 em 31 de dezembro de 2014).

**20. RECEITA LÍQUIDA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional bruta	7.722.308	7.146.616	12.236.954	8.494.167
Impostos sobre serviços	(779.087)	(716.177)	(1.114.640)	(768.589)
Total	6.943.221	6.430.439	11.122.314	7.725.578
A receita operacional bruta é proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, da gestão de contas de pagamento relacionado ao Arranjo de Pagamento Oucard, do aluguel de equipamentos de captura e da prestação de serviços de utilização de rede.				

**21. DESPESAS POR NATUREZA**

A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/


**27. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Receitas financeiras:</b>				
Recebimentos de aplicações financeiras	68.198	15.864	145.250	19.015
PIS e COFINS sobre receitas financeiras (b)	(724)	-	(3.289)	-
Outras receitas financeiras	1.963	562	2.518	745
<b>Total</b>	<b>69.437</b>	<b>16.426</b>	<b>144.479</b>	<b>19.760</b>
<b>Despesas financeiras:</b>				
Juros de mora e multas	(443)	(73)	(600)	(748)
Multas e juros de riscos	(3.305)	(3.573)	(3.353)	(3.601)
IRRF s/ remessa de juros ao exterior	(11.636)	(7.683)	(11.636)	(7.681)
Juros e encargos sobre empréstimos	(1.088.974)	(65.971)	(1.136.934)	(102.587)
Outras despesas financeiras	(19.292)	(16.377)	(21.007)	(17.522)
<b>Total</b>	<b>(1.223.650)</b>	<b>(93.677)</b>	<b>(1.173.530)</b>	<b>(132.139)</b>

**Resultado com aquisição de recebíveis:**

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita com aquisição de recebíveis (a)	2.391.087	1.763.181	2.388.691	1.763.181
PIS e COFINS sobre receitas financeiras (b)	(45.627)	-	(45.627)	-
Custo de captação com terceiros (c)	(213.237)	(254.630)	(213.237)	(254.630)
<b>Total</b>	<b>2.132.223</b>	<b>1.508.551</b>	<b>2.129.827</b>	<b>1.508.551</b>

**Variação cambial, líquida (d)**

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
	2.190	163	2.371	193
<b>Total</b>	<b>1.080.200</b>	<b>1.431.463</b>	<b>1.103.147</b>	<b>1.396.365</b>

(a) A receita com aquisição de recebíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é composta pela receita oriunda do volume adquirido de transações de crédito à vista e parcelado, apropriada conforme a fluência do prazo das operações.

(b) Despesas de PIS e COFINS sobre receitas financeiras auferidas pelas empresas do Grupo, sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa, sob as alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, conforme disposições do Decreto nº 8.426/15, com vigência a partir de 1º de julho de 2015. As despesas incorridas no exercício foram agrupadas em "Receita Financeiras" e "Resultado com Aquisição de Recebíveis", na proporção de sua incidência, para melhor apresentação das rubricas contábeis.

(c) Encargos financeiros decorrentes de captação de capital com terceiros para o fomento das operações de aquisição de recebíveis. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a captação de capital de terceiros foi efetuada com as operações de antecipações de fluxo de recebíveis com emissores (vide nota explicativa nº 11). A captação no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi mediante os recursos parciais das Notas Promissórias, emitidas em 29 de dezembro de 2014 e integralmente resgatadas em 13 de abril de 2015 (vide nota explicativa nº 13), recursos integrais obtidos junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd (vide nota explicativa nº 13) e das operações de antecipação de fluxo de recebíveis com emissores (vide nota explicativa nº 11). Os custos de captação de capital com terceiros foram agrupados na rubrica "Resultado com Aquisição de Recebíveis" para melhor apresentação do impacto líquido das operações de aquisição de recebíveis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(d) Decorre substancialmente da variação cambial referente a dois empréstimos em dólares americanos nos valores de US\$204.625 e US\$109.016, equivalentes a R\$ 630.000 e R\$ 370.000 nas datas de contratação, respectivamente, ambos com vencimento em 19 de dezembro de 2016 tomados junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. e à variação dos instrumentos financeiros contratados para proteger as referidas operações, conforme nota explicativa 13 (g), representadas por:

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa	44.487	44.487	1.249.524	1.249.524
Contas a receber operacionais	10.153.664	10.153.664	11.151.905	11.151.905
Contas a receber com partes relacionadas	1.587	1.587	459	459
Depósitos judiciais	1.296.203	1.296.203	1.302.455	1.302.455
Instrumento financeiro derivativo ("Swap")	213.314	213.314	213.314	213.314
Aplicações Financeiras	66.124	66.124	66.124	66.124
Fornecedores	554.834	554.834	663.214	663.214
Contas a pagar a estabelecimentos	891.898	891.898	1.503.254	1.503.254
Contas a pagar com partes relacionadas	17.808	17.808	398	398
Empréstimos e financiamentos	11.727.888	11.905.113	13.299.493	13.432.635

O valor de mercado dos ativos e passivos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando-se taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes, com condições e vencimentos similares.

A Sociedade aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos do Grupo em 31 de dezembro de 2015:

	Controladora			Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativo:</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	44.487	-	-	1.249.524	-	-
Instrumento financeiro derivativo ("Swap")	-	213.314	-	-	213.314	-
Outros (empréstimos e recebíveis)	-	11.451.454	-	-	12.454.819	-
<b>Passivo:</b>						
Empréstimos e financiamentos	-	11.727.888	-	-	13.299.493	-
Outros (outros passivos financeiros)	-	1.464.540	-	-	2.166.866	-

**c. Risco de crédito**

Na operação de aquisição de recebíveis da Cielo, seu risco primário se resume à possibilidade de inadimplência dos emissores de cartão, os quais têm a obrigação de repassar à Sociedade os valores cobrados relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos, para que possa, então, repassar tais valores aos seus estabelecimentos afiliados. Tal risco primário é substancialmente mitigado pelo próprio modelo jurídico-financeiro de repasse de valores adotado pela Sociedade, vez que os valores já pagos pelos portadores a um emissor que porventura se torne inadimplente serão sempre tratados como recursos de terceiros e, como tal, devem ser repassados à Cielo e dessa para o estabelecimento comercial, credor final da operação.

O modelo de repasse de valores pela Cielo mitiga substancialmente o risco de inadimplência dos emissores de cartão, restando ainda à Sociedade um risco residual relativo à possível inadimplência dos portadores de cartão junto ao emissor em situação de "default". Tal risco residual pode ou não existir para a Cielo, dependendo do modelo de risco/garantia adotado pela Bandeira do cartão na sua operação junto aos emissores de cartão e aos adquirentes.

No caso da Bandeira Visa, o modelo de risco/garantia adotado por ela não contempla a assunção de risco de inadimplência dos emissores de cartão em caso de "default". Na hipótese de inadimplência de um emissor, a Cielo será a responsável por reaver junto a este emissor (ou o respectivo interventor) os montantes já porventura pagos pelos portadores, bem como por assegurar o repasse aos estabelecimentos comerciais das transações pendentes, conforme explicado acima. Assim, com a inadimplência de um emissor Visa, restará à Cielo o risco residual de inadimplência dos portadores de cartão daquele emissor.

Para a mitigação deste risco residual, a Cielo criou um Comitê permanente denominado "Comitê de Risco Emissor", cujos integrantes são profissionais da área de crédito dos bancos acionistas controladores da Sociedade (Banco do Brasil e Bradesco) e profissionais da própria Cielo.

O Comitê tem como função básica analisar o nível de risco de cada um dos emissores de cartão da Bandeira Visa capturados pela Cielo e assim classificá-los em dois grupos: 1 - emissores de cartão com baixo nível de risco e dispensados da apresentação de garantias e, 2 - emissores de cartão com maior nível de risco e obrigados a apresentação de garantias.

Coube ao Comitê, quando de sua criação, a definição da metodologia para a apuração dos valores de garantias a serem apresentados pelos emissores de cartão à Cielo. Tal metodologia se baseia no volume financeiro de emissão de cartões de crédito à vista e parcelado, cartão de débito e cartão pré-pago que estejam pendentes de liquidação entre o emissor do cartão e a Cielo em uma determinada data base. A definição do valor das garantias que são solicitadas aos emissores de cartão considera para o cálculo a média mensal do trimestre que tiver o maior volume financeiro de emissão dos últimos doze meses. Sobre tais volumes pendentes de liquidação são definidos percentuais de garantias que vão de 15% a 100% do volume pendente de liquidação.

Os membros do Comitê de Risco Emissor se reúnem trimestralmente em reuniões ordinárias, podendo ser convocados a qualquer momento em reuniões extraordinárias a pedido da Cielo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Variação cambial, líquida:				
Receitas	267.295	1.691	267.493	1.731
Despesas	(265.105)	(1.528)	(265.122)	(1.538)
<b>Total</b>	<b>2.190</b>	<b>163</b>	<b>2.371</b>	<b>193</b>

**28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

**a. Gestão de risco de capital**

O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo patrimônio líquido e pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos detalhados na nota explicativa nº 13, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa).

A controlada Cateno mantém patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN, correspondente a 2% da média mensal das transações de pagamento no âmbito do Arranjo de Pagamento Ourocard. Não há requerimento de manutenção de patrimônio líquido mínimo para as demais empresas do Grupo.

A partir da concessão da autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento pelo BACEN, mencionado na nota explicativa 2.20, a controladora Cielo estará sujeita ao cumprimento de regras, que abrangem, dentre outros, gestão de risco, níveis mínimos de Patrimônio Líquido e o cumprimento de requisitos semelhantes aos de uma Instituição Financeira.

O índice de endividamento no fim do exercício de relatório é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Dívida (i)	(11.727.888)	(6.268.518)	(13.299.493)	(7.339.742)
Instrumentos financeiros derivativos	213.314	-	213.314	-
Caixa e equivalentes de caixa	44.487	3.758.037	1.249.524	3.998.721
Dívida líquida	(11.470.087)	(2.510.481)	(11.836.655)	(3.341.021)
Patrimônio líquido (ii)	6.520.676	4.309.110	10.163.966	4.324.400
Índice de endividamento líquido	175,90%	58,26%	116,46%	77,26%

(i) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado na nota explicativa nº 13.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

**b. Ativos e passivos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros do Grupo são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber operacionais e de controladas e controladas em conjunto, depósitos judiciais, contas a pagar a estabelecimentos, a controladas, controladas em conjunto, e por aquisição de controlada, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2015, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

	31/12/2015			
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Valor contábil</b>				
Valor justo por meio do resultado	44.487	44.487	1.249.524	1.249.524
Empréstimos e recebíveis	10.153.664	10.153.664	11.151.905	11.151.905
Empréstimos e recebíveis	1.587	1.587	459	459
Empréstimos e recebíveis	1.296.203	1.296.203	1.302.455	1.302.455
Valor justo por meio do resultado	213.314	213.314	213.314	213.314
Valor justo por meio do resultado	66.124	66.124	66.124	66.124
Outros passivos financeiros	554.834	554.834	663.214	663.214
Outros passivos financeiros	891.898	891.898	1.503.254	1.503.254
Outros passivos financeiros	17.808	17.808	398	398
Outros passivos financeiros / Valor justo por meio do resultado	11.727.888	11.905.113	13.299.493	13.432.635

ou a pedido de qualquer um de seus membros.

A Cielo não tem risco de crédito com os emissores da Bandeira Mastercard, pois o modelo de risco/garantias adotado por essa Bandeira cobre totalmente qualquer eventual inadimplência dos emissores junto à Sociedade. A Bandeira Mastercard se torna substituta dos emissores em caso de inadimplência dos mesmos, tornando-se contraparte da obrigação para com a Cielo e, por consequência, com o estabelecimento comercial. Neste modelo adotado pela Bandeira também está incluída a cobertura da eventual inadimplência dos portadores de cartão no caso do emissor do cartão se tornar inadimplente de forma permanente (situação de default).

A análise de risco de crédito das bandeiras Elo e Diners é idêntica ao modelo adotado para a bandeira Visa. Para as demais, o Comitê de Risco Emissor analisa o nível de risco de cada uma das bandeiras, exigindo ou dispensando a apresentação de garantias. Cabe ressaltar que mesmo com este modelo de cobertura de risco disponibilizado pela Bandeira, em uma eventual situação de default de algum emissor de cartão, a Cielo sempre se valerá primeiramente do seu modelo jurídico-financeiro de repasse de valores para a pronta recuperação dos valores recebidos ou que vierem a ser recebidos dos portadores de cartão pelo emissor de cartão.

A Sociedade possui direitos sujeitos a risco de crédito junto à instituições financeiras registradas nas rubricas de caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos e contas a receber com bancos emissores que totalizam R\$ 10.477.589 na controladora e R\$ 12.680.867 no consolidado.

**d. Risco de fraude**

A Sociedade utiliza um sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito, que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

**e. Operações com instrumentos financeiros derivativos**
**Política de uso de derivativos**

Conforme política interna, o resultado financeiro da Sociedade deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio, e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteção de eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo deve ter como contraparte um ativo ou passivo a descoberto. O critério adotado para definição do valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos está atrelado ao valor da dívida e/ou dos ativos denominados em moeda estrangeira.

**f. "Hedge" de investimentos líquidos em operações no exterior ("net investment hedge")**

A Sociedade, após a captação dos recursos financeiros com a emissão dos "bonds" em novembro de 2012 e com base na Interpretação nº 16 do "International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC" (interpretação técnica ICPB 06 - "Hedge" de Investimento Líquido em Operação no Exterior, emitida em julho de 2008, e substanciada na norma IAS 39 (pronunciamento técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração), optou por designar como "hedge" para o valor do investimento na Cielo USA em US\$ 311.381 mil a operação de "ten years bonds", detida pela Sociedade em US\$ 470.000 mil para proteção do risco de variação da moeda estrangeira. O valor do instrumento financeiro designado, ou seja, a operação de "ten years bonds", está acrescido do "gross-up" do imposto de renda e da contribuição social (aliquota de 34%, conforme legislação fiscal vigente no Brasil) para fins de análise de efetividade do "hedge accounting".

A contabilização dos efeitos do "hedge" de investimento líquido foi feita em conformidade com o disposto no pronunciamento técnico CPC 38 e norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Para tanto, a Sociedade efetuou a designação formal das operações documentando: (i) objetivo do "hedge"; (ii) tipo de "hedge"; (iii) natureza do risco a ser coberto; (iv) identificação do objeto de cobertura ("hedge" item); (v) identificação do instrumento de cobertura ("hedging instrument"); (vi) demonstração da correlação do "hedge" e o objeto de cobertura (teste de efetividade retrospectivo); e (vii) a demonstração prospectiva da efetividade.

A aplicação dos testes de efetividade descritos nas práticas contábeis demonstrou a efetividade do instrumento financeiro; dessa forma, do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve ineficiência reconhecida no resultado decorrente dos "hedges" de investimento líquido na Cielo USA; consequentemente, os ganhos ou as perdas dessas operações foram integralmente registrados no patrimônio líquido da Sociedade.

**g. "Hedge" de valor justo ("fair value hedge")**

A Sociedade, na ocasião da contratação de Instrumento Financeiro na modalidade de "swap", com base no Pronunciamento Técnico CPC 38 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) correlato ao "International Accounting Standard 39 - Financial Instruments: Recognition and Measurement", designou-o como instrumento de "hedge" para a operação de empréstimo tomado junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd no montante de US\$ 313.641, equivalente a R\$ 1.000.000 com vencimento em 19.12.2016, para proteção do risco de variação da moeda estrangeira e da exposição à taxas de juros Libor.

Em 31 de dezembro de 2015, a posição individual e consolidada dos contratos de "swap" é a seguinte:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Valorização	Valor justo (mercado)	Valorização	Valor justo (mercado)
	Vencimento da operação	Nocional R\$	Ponta Ativa	Ponta Passiva
	19.12.2016	630.000	169.311	(2.304)
	19.12.2016	370.000	55.876	(1.354)
<b>Total</b>		<b>1.000.000</b>	<b>225.187</b>	<b>(3.658)</b>

"Swap" taxa flutuante em US\$ (114,2857% Libor + 0,8343% a.a.) vs. Taxa flutuante em R\$ (99,4% do DI)

"Swap" taxa flutuante em US\$ (114,2857% Libor + 1,1429% a.a.) vs. Taxa flutuante em R\$ (99,4% do DI)

Ativo circulante

Ativo não circulante

Os termos contratuais dos contratos de empréstimo, conforme nota explicativa 13 (g), e dos "swaps" foram celebrados de tal forma que a comparação entre ponta ativa (contas a receber da Sociedade) do "swap" e o saldo de empréstimo (contas a pagar da Sociedade), ambos ajustados pelo valor justo, não apresente perdas ou ganhos decorrentes da variação cambial e taxa de juros contratada no objeto de "hedge". Assim, a Sociedade permanece exposta somente à ponta passiva do "swap", que possui valor nocional em reais no montante de R\$ 1.000.000 remunerados à 99,4% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interbancários.

Para documentar a estratégia de designação adotada e a efetividade do instrumento derivativo a Sociedade utilizou o método de derivativo hipotético que é baseado em uma comparação da mudança no valor justo de um derivativo hipotético com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, sendo que essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da mudança cumulativa no fluxo de caixa futuro esperado da obrigação protegida. Dessa forma, os ganhos e perdas do instrumento e do objeto de "hedge" são reconhecidos pelo valor justo no resultado no período em que ocorrem.

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Sociedade consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da BM&FBOVESPA.

Em 31 de dezembro de 2015, as relações de "hedge" estabelecidas pela Sociedade encontravam-se eficazes, de acordo com testes prospectivos realizados. Portanto, nenhuma reversão por inefetividade do "hedge accounting" foi registrada.

**h. Risco de taxa de câmbio**

O Grupo faz algumas transações em moeda estrangeira, substancialmente representada por transações realizadas por estrangeiros portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no Brasil. Adicionalmente, em 31 de agosto de 2012, a Sociedade adquiriu o controle da Me-S, por meio da "holding" Cielo USA, ambas localizadas nos Estados Unidos da América, cujas operações são realizadas na moeda funcional, o dólar norte-americano.

As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas por meio da utilização de contratos futuros de moeda. Em 31 de dezembro de 2015, a exposição ao risco da taxa de câmbio, líquida dos instrumentos financeiros de proteção, em milhares de dólares norte-americanos, é como segue:

	Controladora	Consolidado
<b>Ativo:</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	8.579	99.267
Contas a receber operacionais	-	156.375
Outros ativos	-	3.516
Investimentos em moeda estrangeira	316.533	-
Imobilizado	-	3.851
Ativos intangíveis, incluindo ágio	-	724.435
<b>Total</b>	<b>325.112</b>	<b>98</b>



Consolidado									
Exercício findo em 31/12/2015									
Controladas, controladas em conjunto e coligada									
Acionistas							Exercício findo em 31/12/2014		
Banco Bradesco	Banco do Brasil	Servinet	Orizon	Multidisplay	M4Produtos	Braspag	Total	Total	
<b>Receitas:</b>									
Receitas de aplicações financeiras (a)									
	3.287	128.453	—	—	—	—	131.740	3.090	
Receitas de prestação de outros serviços (b)									
	35.309	23.266	—	48	—	—	58.623	36.679	
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (c)									
	—	—	—	103	—	—	103	324	
<b>Despesas:</b>									
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação									
	(3.842)	(4.242)	—	—	—	—	(8.084)	(8.005)	
Outras despesas operacionais (d)									
	(26.746)	(3.101)	—	—	—	—	(29.847)	(17.186)	
Despesas financeiras (g)									
	—	(403.493)	—	—	—	—	(403.493)	—	
Prestação de serviços de gestão de pagamentos (h)									
	—	(18.987)	—	—	—	—	(18.987)	—	
Prestação de serviço para colocação de notas promissórias (i)									
	(4.360)	—	—	—	—	—	(4.360)	—	

(a) Saldos correspondentes aos valores mantidos em conta corrente e aplicações financeiras, cujo prazos, encargos e taxas de remuneração, foram realizadas em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.

(b) Correspondem a serviços de prevenção a fraude e trava de domicílio bancário prestados pela Sociedade aos bancos acionistas, comissão sobre processamento de transações para as empresas M4Produtos, Multidisplay e Orizon, prestação de serviços financeiros, administrativos, compras, jurídico e serviços de RH para a empresa Braspag e aquisição de recebíveis da empresa Multidisplay. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àquelas praticadas com outros bancos emissores.

(c) Corresponde à serviços de locação de equipamentos de captura de transações à Orizon.

(d) Serviços contratados com bancos acionistas, referentes: (i) ao seguro de vida coletivo empresarial; (ii) aos seguros hospitalar e odontológico; e (iii) ao contrato de previdência privada. Serviços de desenvolvimento de solução de captura móvel para a empresa M4Produtos e serviços de pré-processamento de transações para a empresa Braspag. A Sociedade entende que as condições financeiras praticadas pelos acionistas, quanto a preços, prazos e demais condições, foram realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas com terceiros.

(e) Prestação de serviços pela Servinet de contato e manutenção dos equipamentos de captura de transações nos estabelecimentos comerciais. A remuneração prevista pelos serviços prestados é estabelecida com base nos custos incorridos pela Servinet quando da prestação dos referidos serviços, acrescidos de impostos e contribuições, bem como de margem de remuneração.

(f) Refere-se a serviços de processamento de dados prestados pela M4Produtos e pela Braspag.

(g) Corresponde aos saldos referentes à emissão de Debêntures Privadas (vide nota explicativa 13.d) mantida pela BB Elo Cartões, empresa do conglomerado Banco do Brasil.

(h) Prestação de serviços pelo Banco do Brasil à Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento pós-pagas e de funcionalidades de compra via débito no Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto as atividades de Direitos Outorgados à Cateno não forem por ela exercidas.

(i) Despesa apropriada no exercício referente à comissão para colocação e distribuição das Notas Promissórias (vide nota explicativa 13.c) paga ao Banco Bradesco BBI S/A, empresa do conglomerado Bradesco.

**Principais transações com partes relacionadas**

**Saldos de bancos emissores**

Os valores a receber de bancos emissores, apresentados líquidos na rubrica "Contas a pagar a estabelecimentos", referem-se aos montantes que devem ser repassados pelos emissores à Sociedade decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente repassados pela Sociedade aos estabelecimentos credenciados. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àquelas praticadas com os demais emissores de cartões de crédito ou de débito.

**Incentivos a bancos domicílio**

A Sociedade detém contratos com bancos domicílio que visam incentivar os faturamentos de comissões e operações de aquisição de recebíveis. Nesses contratos, a Sociedade remunera os bancos de acordo com a "performance" e métricas neles estabelecidas.

**Antecipação da agenda de recebíveis com bancos emissores**

A Sociedade detém contratos de antecipação de valores vindendos, referentes aos repasses pelo cliente do banco portadores dos cartões de crédito. Essas operações de antecipação são realizadas para a geração de capital de giro de curto prazo e os valores depositados em conta-corrente são líquidos das taxas de antecipação, "pro rata temporis", calculados com taxas de mercado que não diferem substancialmente daquelas praticadas por bancos emissores que não são acionistas da Sociedade.

**Serviços de utilização da rede credenciada Cielo ("Value Added Network - VAN")**

A Sociedade detém contratos de serviço com a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS. Tais serviços incluem captura, autorização e processamento de transações com cartões ALELO, bem como o atendimento aos estabelecimentos comerciais, serviços de "back office" operacional e financeiro, prevenção à fraude, emissão de extrato e controle financeiro das transações eletrônicas resultantes dessas transações. As taxas e tarifas cobradas por essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àquelas praticadas com os demais parceiros terceiros.

**Serviços de VAN e taxa de conectividade - Amex**

A Sociedade detém um contrato não exclusivo de prestação de serviços de captura de cartões emitidos pela Bandeira Amex (VAN), com a BankPar S.A. ("BankPar"), empresa do Grupo Bradesco licenciada dos direitos da bandeira American Express ("Amex") no Brasil. O contrato também estabelece a remuneração da BankPar, pela Sociedade, mediante o pagamento de taxa de conectividade, referente ao acesso da Sociedade aos estabelecimentos afiliados aos sistemas de aquisição da bandeira Amex. A parceria com a bandeira Amex tem alto potencial de geração de valor à Sociedade na medida que complementa seu portfólio de bandeiras. A assinatura dos contratos teve a aprovação do Conselho de Administração, com abstenção dos legalmente impedidos por conflito de interesse. Os preços cobrados pela prestação do serviço são semelhantes àquelas praticadas com os demais parceiros terceiros.

**DIRETORIA ESTATUTÁRIA**

Rômulo de Mello Dias - Presidente

Clovis Poggetti Junior  
Adriano Navarini

Dilson Tadeu da Costa Ribeiro  
Plínio Cardoso da Costa Patrão

Renata Baiense de Paiva Greco  
Roberto Menezes Dumani

Livia Maria Mendonça Agessi - Contadora CRC 1SP-295741/O-6

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Domingos Figueiredo de Abreu - Presidente

Raul Francisco Moreira  
Alexandre Rappaport  
Eurico Ramos Fabri

Marcelo de Araújo Noronha  
José Maurício Pereira Coelho  
Rogério Magno Panca

Francisco da Costa e Silva  
Gilberto Mifano  
Milton Almicar Silva Vargas

**CONSELHO FISCAL**

Edmar José Casalatina  
Joel Antônio de Araújo  
Herculano Aníbal Alves

Marcelo Santos Dall'Osco  
Haroldo Reginaldo Levy Neto

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Aos Senhores Acionistas da Cielo S.A.

Os membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A., no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e à vista do relatório da KPMG Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, opinando por sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos Acionistas.

Barueri, 28 de janeiro de 2016

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, bem como, concordou com o relatório dos auditores independentes.

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO 2015**

**1. Do Comitê de Auditoria, suas atribuições e responsabilidades**

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Cielo S.A. ("Companhia") é um órgão estatutário de funcionamento permanente, que visa assessorar o Conselho de Administração com independência em relação à Diretoria e demais profissionais da Companhia.

Atualmente o Comitê é composto por 3 (três) membros, eleitos em 23 de abril de 2014, com mandato renovável de 2 (dois) anos, sendo 1 (um) de seus membros Conselheiro Independente do Conselho de Administração da Companhia e coordenador do Comitê. Todos os membros do Comitê são considerados especialistas financeiros e a versão vigente do seu Regimento Interno foi aprovada em 19 de junho de 2013.

De acordo com o estabelecido no parágrafo 1º do artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, compete ao Comitê: (a) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia; (b) zelar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (c) zelar pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna; (d) recomendar planos anuais de auditoria e apreciar os relatórios finais; (e) zelar pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do conglomerado.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, da auditoria interna, dos auditores independentes, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos da Companhia e nas suas próprias análises decorrentes de

observação direta.

O Comitê reúne-se trimestralmente em sessões ordinárias. No exercício de 2015 o Comitê realizou 4 (quatro) sessões ordinárias e 7 (sete) sessões extraordinárias reunindo-se com as diretorias de controles internos, auditoria interna, auditores independentes, além de diretores e executivos de outras áreas.

Importante destacar que a cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as principais atividades desenvolvidas pelo Comitê no período anterior e, semestralmente, é feita uma abrangente apresentação ao Conselho de Administração sobre os principais temas tratados pelo Comitê.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar as seguintes: (a) contratação de auditoria independente; (b) acompanhamento do contingenciamento dos processos judiciais da Companhia; (c) acompanhamento periódico de órgãos reguladores recebidos pela Companhia; (d) acompanhamento do plano anual de auditoria interna e de seus resultados; (e) acompanhamento dos controles internos, da gestão de riscos e do monitoramento de fraudes, com base nas manifestações e reuniões com os auditores internos e independentes; (f) acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras trimestrais e anual; (g) acompanhamento dos resultados dos trabalhos realizados pela auditoria externa, por meio de reuniões recorrentes, bem como das recomendações de melhoria/aprimoramento dos controles internos, quando aplicável; (h) acompanhamento do

São Paulo, 26 de janeiro de 2016

Armstrong Luiz de Moura  
Membro do Comitê de Auditoria

José Antonio Teixeira  
Membro do Comitê de Auditoria

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Acionistas e aos Administradores da

Cielo S.A.

Barueri - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cielo S.A. ("Sociedade"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais

de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e

e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base em métricas diversas, tais como, Receita Líquida, Lucro antes dos Impostos, Lucro Líquido, entre outras, que, em alguns casos é medido de forma diferente do lucro ou prejuízo operacional das demonstrações financeiras consolidadas.

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Com relação às informações sobre a área geográfica, a Sociedade possui operações realizadas no Brasil e nos Estados Unidos da América, por meio de suas controladas Me-S e Cielo USA.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015			
Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Consolidado	
7.479.546	2.036.935	9.516.481	
1.605.833	—	1.605.833	
9.085.379	2.036.935	11.122.314	
(3.421.746)	(1.047.107)	(4.468.853)	
(520.386)	(321.445)	(841.831)	
5.143.247	668.383	5.811.630	
(1.353.332)	(66.618)	(1.419.950)	
(59.996)	—	(59.996)	
3.729.919	601.765	4.331.684	
1.983.323	(880.176)	1.103.147	
5.713.242	(278.411)	5.434.831	
Imposto de renda e contribuição social			
(1.871.078)	87.680	(1.783.398)	
3.842.164	(190.731)	3.651.433	
Atribuído a:			
Acionistas controladores	3.835.291	(323.855)	3.511.436
Acionistas não controladores	6.873	133.124	139.997

Para o início da atuação no segmento de negócios de "Gestão de Contas de Pagamentos", foi outorgado à controlada Cateno os direitos de exploração do Arranjo de Pagamentos Ourocard, no montante de R\$ 11.572 milhões (vide nota explicativa nº 10).

A seguir estão demonstrados os saldos patrimoniais por segmento em 31 de dezembro de 2015:

Saldos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2015		
Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Consolidado
17.540.255	12.437.546	29.977.801
553.463	11.601.343	12.154.806
105.108	—	105.108

**31. ITENS QUE NÃO AFETAM O CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	394.934	97.800	394.934	97.800
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(587.124)	147.392	(587.124)	274.797
Dividendos mínimos e juros sobre o capital próprio propostos	(540.938)	485.821	(540.938)	485.821
Integralização de acionistas não controladores	—	—	3.488.003	(5.850)

**32. COBERTURA DE SEGUROS**

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância segura
Responsabilidade civil e executivos	110.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo e alagamento e inundação)	230.539
Lucros cessantes	17.402
Veículos	680
Armazenagem de equipamentos de captura de transações	257.624
Transporte de equipamentos de captura de transações	2.423.846
FINAME de equipamentos de captura de transações	907.663

**33. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 1º de fevereiro de 2016.